

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 243 • Ano 11 • NCz\$ 1,50



ESTADO E TERRA

SINDICALISMO • BARRAGENS • AGROINDÚSTRIA

tempo e presença

Revista Mensal
do CEDI

Julho 89

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e
Jornalista Responsável
Oscar de Paula

Editor de Arte e
Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramação e
Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação
Neide Quitto dos Santos

Revisão
Sônia Maciel Moraes

Capa
Marta Cerqueira Leite Guerra

Fotolito
Donizete

Impressão e Acabamento
Gráfica Pirâmide

Edição realizada com a assessoria
do programa **Movimento
Camponês/Igrejas** do CEDI.

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:
NCz\$ 1,50

Assinatura anual
NCz\$ 15,00

Assinatura de apoio
NCz\$ 20,00

ESCLARECIMENTO

A pedido da Comissão Pastoral da Diocese de Cruzeiros do Sul (AC), publicamos abaixo nota de esclarecimento, assinada pelo pe. João Rocha, relativa a matéria publicada em *Tempo e Presença* nº. 239, p. 21.

“A Comissão Pastoral da Diocese de Cruzeiro do Sul, diante de notícias distorcidas, divulgadas especialmente por jornais de Rio Branco, toma a iniciativa de esclarecer o seguinte:

“1) A rádio Verdes Florestas deixou de divulgar apenas duas mensagens ao movimento dos seringueiros, sobre a questão do não pagamento da renda. Isso foi sugestão de d. Luiz Herbst, bispo diocesano, que as considerou inopportunas, devido a falta de clareza quanto aos aspectos jurídicos.

“Esse gesto, porém, não significa de maneira nenhuma, que a referida emissora não esteja apoiando as justas iniciativas e reivindicações do povo da floresta, como aliás o comprovam as várias abordagens feitas, em diversos horários de sua programação.

“2) O não pagamento da renda do seringueiro ao patrão, no âmbito desta diocese, é um assunto recente e polêmico. Por isso, esta comissão já está se empenhando vivamente em buscar esclarecimentos, tanto na legislação vigente quanto na realidade concreta do povo, a fim de que o posicionamento a ser tomado esteja não só de acordo com a lei mas também com o Evangelho.

“3) Tanto o sr. bispo diocesano quanto os agentes de pastoral reconhecem e denunciam a situação de exploração e de abandono do povo da floresta e fazem um apelo veemente para que todos — Igreja e sociedade — se unam em prol da instauração da justiça social, que é um valor indispensável na construção do Reino de Deus.”

Recebemos a assinatura de *Tempo e Presença* enviada e estamos muito gratos. Esta revista nos ajuda bastante em nossos movimentos populares e nos sentimos felizes com isso. Temos o imenso prazer de agradecer-las por esta grande solidariedade que tiveram conosco.

A revista está sendo bastante lida por nós e pelos demais companheiros de outros movimentos

populares. A sua leitura é considerada grande arma para nosso crescimento e desenvolvimento.

Terezinha Lira
Pastoral da Juventude
do Meio Popular
Massapê, CE

Sugiro que dediquem um número especial da revista à análise da conjuntura nacional com vista à próxima eleição presidencial. Este seria, sem dúvida, um valioso instrumental para o trabalho com nossas comunidades.

José R. Moreira
Florianópolis, SC

Sou assinante de *Tempo e Presença* há mais de um ano e neste período tenho ficado muito satisfeito com o tratamento e o nível editorial da revista. Vocês estão de parabéns. Gosto muito de *Tempo e Presença* e sempre que possível envoio formulários para assinaturas, pois quero dá-las aos meus amigos.

Kleber Rodrigues de Nascimento
Mirueira Paulista, PE

Quero parabenizar a *Tempo e Presença* pelo artigo “Amargamente Doce”, de Milton Schwantes e ressaltar a seguinte frase:

“É que o moço se dedicou a fazer surgir esperanças em meio ao povo”. Essa é a nossa missão, em meio a realidade que vivemos, mesmo que para isso sejamos as “limpas roupas” (será?) dos proibidores de sonhos e formos obrigados a lava-lás com nossas lágrimas e nosso sangue.

Essa forma sincera e solidária de homenagear Carlos Mesters (esse profeta e promotor de lutas de classe) muito me alegrou, pois o tenho como irmão e professor.

Alcimar E. R. Trancoso
Almenara, MG

Sou pastor metodista, recém-formado na faculdade de Teologia em Rudge Ramos. Lá conheci *Tempo e Presença* e, embora leitor assíduo, não sou assinante. Inscrevo-me agora como assinante de *Tempo e Presença*, pois a leitura da mesma está me fazendo muita falta. Aqui onde estou é muito longe de tudo. A desinformação é grande. *Tempo e Presença* vai me deixar por dentro de muitos assuntos, que são de vital importância para o meu ministério aqui no sertão do Ceará.

Tarciso Lopes Monteiro
Tauá, CE

PUBLICAÇÕES DO CEDI

MOVIMENTO CAMPONÊS

Canavieiros em greve NCz\$ 5,40

PASTORAL

A celebração da vida	NCz\$ 3,60
Creio na ressurreição do corpo (Rubem Alves)	NCz\$ 7,20
De dentro do furacão (Richard Shauell)	NCz\$ 9,00
Servos livres (Emílio Castro)	NCz\$ 7,20
Estudos bíblicos de um lavrador	NCz\$ 2,90
Jesus Cristo, a vida do mundo	NCz\$ 4,50
Missão e evangelização	NCz\$ 4,50
Poesia, profecia e magia (Rubem Alves)	NCz\$ 6,70
Pão, vinho e amizade (Julio de Santa Ana)	NCz\$ 10,80
Discussão sobre a Igreja (Zwinglio M. Dias)	NCz\$ 6,20
A experiência da fé (Julio Barreiro)	NCz\$ 6,70
Pai nosso — meditações (Rubem Alves)	NCz\$ 9,00
Projetos de esperança	NCz\$ 6,50
Caderno 8 — Igreja, desenvolvimento e participação popular	NCz\$ 4,50
Caderno 12 — VI Assembléia do CMI	NCz\$ 8,10
Caderno 18 — Onze de abril o dia da audácia	NCz\$ 5,80

Faça seu pedido através de *cheque nominal* para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo, SP ou por *vale postal* para Ag. Correio 403911, Santa Cecília, SP

Terra

- 4 SINDICALISMO E ESTADO
ASPECTOS DE UMA DISPUTA
POLÍTICA
Regina Reyes Novaes
- 7 QUESTÕES SOBRE O
SINDICALISMO RURAL
Leonilde Sérvolo de Medeiros
- 10 NEM REFORMA AGRÁRIA NEM
TRIBUTAÇÃO DA TERRA
Carlyle Vilarinho
- 12 ESTADO E MEIO AMBIENTE: A
IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS
E O RIMA
Aurélio Vianna
- 15 ASSOCIATIVISMO:
ASSENTAMENTOS E RELAÇÃO
COM O ESTADO
Mariana Pantoja Franco
- 17 QUESTÃO AGRÁRIA, ESTADO E
DEMOCRACIA
Entrevista com Cândido Grzybowski
- 21 CANA DE AÇUCAR E ESTADO:
NOVOS ELEMENTOS DE UMA
VELHA AMIZADE
José Roberto Pereira Novaes
- 24 A LUTA DOS CANAVIEIROS
Entrevista com Hélio Alves
- 26 DESENCONTROS POLÍTICOS DA
IGREJA CATÓLICA NO CAMPO
José de Souza Martins

Igrejas

- 30 ECUMENISMO, SOLIDARIEDADE E
ESPERANÇA — 7º INTERECLESIAL
DAS CEBs
Claudio de Oliveira Ribeiro
- 34 CEBs EM CLIMA DE REVOLUÇÃO
FRANCESCA
Frei Betto

Ecumenismo

- 35 A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO
ECUMÉNICO
Konrad Raiser

Bíblia hoje

- 37 OS MANSOS HERDARÃO A TERRA
Paulo Roberto Garcia

Livros

- 39 TERRA: UMA REFLEXÃO À LUZ
DA FÉ
Alfredo Ferro M.

UM DEBATE QUE SE IMPÕE

Nos debates sobre a conjuntura nacional, entre outros temas importantes, têm ganho destaque a reavaliação do papel do Estado e as grandes questões que a problemática da terra levanta. É claro que o relacionamento dessas duas temáticas é extremamente complexo e pode ser encarado através de variados prismas. O aprofundamento da discussão torna-se imperativo pelo atual processo político que atravessamos.

Tanto na área do Estado, como no delineamento da problemática da terra, conceitos anteriormente estabelecidos sofreram redimensionamentos impostos pela própria dinâmica social.

A intensa discussão sobre privatização e estatização tem encoberto posições ideológicas e a defesa de interesses econômicos e políticos dos grupos dominantes da nossa sociedade. A economia de mercado e a livre iniciativa aparecem de forma ideologizada, como sendo os novos deuses capazes de salvar a crise nacional. Está realmente sendo vendida à sociedade civil, com uma roupagem moderna, essa velha idolatria. Paradoxalmente, esses mesmos grupos que condenam a presença do Estado em setores importantes da sociedade, servem-se dele para manter os seus privilégios e o usam como instrumento para atropelar a crescente mobilização e as organizações populares.

Por outro lado, com o avanço do capitalismo no campo brasileiro, o crescimento da modernização da agroindústria, o planejamento e a execução de grandes projetos governamentais relacionados com a terra (planos hidrelétricos, por exemplo), a rede de atores sociais no campo ampliou-se consideravelmente. Essa complexificação apresenta novos desafios à própria organização dos trabalhadores rurais. As últimas discussões sobre o sindicalismo rural mostraram que algumas teses, válidas há anos atrás, estão em debate e que novas alianças são colocadas na pauta das assembleias das organizações dos trabalhadores.

Como exemplo poderiam ser citadas a potencialidade de luta dos pequenos

produtores e a força dos assalariados no campo. Como se caracteriza a identidade política dessas categorias, onde convergem os seus interesses, onde se conflituam e como enfrentam o que julgam ser o seu inimigo comum? Além dessas categorias, deve-se discutir como se situam os outros segmentos sociais dos trabalhadores do campo no grande leque das organizações do movimento camponês. Para tornar o quadro ainda mais desafiante, aparecem os projetos sociais do Estado que, dispondo de muitos recursos financeiros, tentam cooptar e instrumentalizar, não só os sindicatos rurais, mas também outras formas de organização e de luta dos trabalhadores

Tempo e Presença, em 1989, publicou um número mostrando a forma e as propostas de atuação dos grandes proprietários de terra através da UDR. Também discutimos, posteriormente, todas as articulações e argumentações que envolvem a ofensiva privatista e o questionamento do Estado.

Neste número, estamos levantando algumas questões que tratam da presença do Estado com relação à terra e aos novos desafios que isso significa para os movimentos populares, especialmente os relacionados com os trabalhadores rurais. Oferecemos como contribuição ao debate, artigos que se referem às questões políticas do sindicalismo rural, o significado da nova Constituição para esse mesmo sindicalismo, a ineficácia que tem sido até hoje o instrumento distributivista que seria o imposto rural, a emergente questão das hidrelétricas, a modernização do campo e o crescimento da agroindústria. Aspecto fundamental é o relacionamento dessas questões com a construção da democracia no Brasil.

Incluímos também neste número uma reportagem e o documento final do 7º Encontro Intereclesial de CEBs, realizado em julho, em Duque de Caxias, que foi sem dúvida um marco importante de latino-americana, de ecumenismo e de eclesiabilidade, profundamente comprometida com os setores populares.

SINDICALISMO E ESTADO

ASPECTOS DE UMA DISPUTA POLÍTICA



João Roberto Ripper

Pequenos produtores rurais vivem situações diferenciadas, confrontando-se, país afora, não só com governos e grupos estaduais, mas também com o “estilo” do governo federal

Regina C. Reyes Novaes

Há poucos dias, em um seminário promovido pelo Departamento Nacional Rural da CUT, Nivaldo Albino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caaporã (PA), chamou a atenção para dois aspectos importantes para a caracterização atual dos pequenos produtores como atores políticos.

Em primeiro lugar, ele lembrou do estranhamento que havia em 1979, durante o 3º Congresso Nacional da Contag, quando pequenos produtores do Sul se encontravam com pequenos produtores do Nordeste. Os primeiros não reconheciam como seus pares aqueles pequenos produtores que trabalhavam temporariamente “de alugado”, isto é, que completavam a renda familiar com o trabalho assalariado nos cana-

vais em determinados momentos do ano agrícola. Os segundos não compreendiam as reivindicações de “política agrícola” dos pequenos produtores do Sul, não sabiam — como disse Nivaldo — “nem o que era isso”. Hoje, dez anos depois, há uma possibilidade de entendimento entre pequenos produtores do Sul e do Nordeste. Disse Nivaldo: “eles já sabem o que é peão no campo e a gente também luta por política agrícola”.

O outro aspecto levantado por Nivaldo Albino dizia respeito à existência de uma “nova camada” de pequenos produtores de diferentes regiões do país. Nessa “nova camada” estariam aqueles que, de diferentes maneiras, através de resistência na terra ou através de ocupações, enfrentam os patrões e o Esta-

do para, através “da luta”, se reproduzem enquanto pequenos produtores.

Com estes dois argumentos, o sindicalista apontava para a possibilidade de se criar uma “identidade política” entre os pequenos produtores.

O que há de novo? — Certamente existem fatores políticos e econômicos que contribuem para explicar essa possibilidade. Nesses dez anos, articulações de caráter religioso/pastoral, sindical ou de partido político retiraram pequenos produtores do isolamento e fragmentação de suas lutas, contribuindo para a criação de uma linguagem comum que aos poucos tornou possível também a construção da imagem dos “inimigos comuns”: os patrões e o Estado, que os patrocina.

Por outro lado, fatores econômicos, inerentes ao modelo de desenvolvimento agrícola, que “modernizou” a agricultura no Brasil, também contribuíram para esta aproximação entre pequenos produtores que anteriormente pareciam tão distantes entre si. O desenvolvimento desigual e combinado na agricultura produziu diferentes relações de trabalho que estão presentes em uma mesma região, ainda que se mantenha o predomínio de uma delas. Por exemplo, o trabalho assalariado, em certas culturas, cresce no Rio Grande do Sul, onde predominam os pequenos produtores “integrados” totalmente subordinados à agroindústria. Ao mesmo tempo, por vários caminhos, no Nordeste também se coloca hoje a especialização da pequena produção atingida pelos ditames da política agrícola e/ou pelas exigências da agroindústria ou das empresas de exportação agrícola. Isto ao lado de questões sindicais tradicionalmente cruciais na região que giram em torno do salário e das condições de trabalho dos canavieiros e da luta pela terra.

Por outro lado, não foram apenas “frentes de lutas em comum” que contribuíram para a possibilidade de construção de uma identidade política entre pequenos produtores que participam de articulações nacionais. Ao que parece, há uma experiência social comum concretamente vivida em situações de luta pela permanência ou pelo acesso à terra. Nestas situações explicitam-se conflitos e se delineiam formas de pressão junto aos órgãos competentes, que (quando há vitórias) são levados a reconhecer a legitimidade da demanda por terra. E como as formas de mobilização, resistência e organização, e a mística da luta pela terra, não respeitam fronteiras regionais, aí está outra fonte de identificação entre os pequenos

produtores. De fato, eles que vivem situações muito diferenciadas, confrontam-se pelo país afora não só com governos e grupos econômicos estaduais, como também com grupos econômicos interestaduais e com o "estilo" do governo federal.

Contudo, esta situação em que se vislumbra uma possibilidade de reconhecimento de interesses comuns entre pequenos produtores bastante diferenciados entre si — em termos de produtos, formas de produção e renda — por oposição ao modelo de desenvolvimento agrícola vigente, chega a ser paradoxal frente aos diagnósticos econômicos mais presentes acerca da economia agrícola em nosso país.

Por diferentes vias, vários autores destacam dois aspectos: um acelerado processo de proletarização e uma redução significativa do peso da chamada "pequena produção agrícola" no abastecimento do mercado interno. Os dois aspectos, cada qual a seu modo, relativizam a já antiga tese da funcionalidade da pequena produção — seja enquanto reservatório, seja enquanto produtora de mão-de-obra a baixo custo. Em outras palavras, o assalariamento crescente e a pequena produção especializada e integrada à agroindústria exigem a análise acerca da conjunção de diferentes formas de capital no campo (comercial, industrial e fi-

O assalariamento crescente e a pequena produção especializada integrada à agroindústria exigem uma análise da conjugação de diferentes formas de capital no campo

nanceiro), e apontam, ao mesmo tempo, para a perda relativa do peso econômico da pequena produção alimentar no conjunto da economia brasileira.

Constata-se, então, uma diminuição do espaço ocupado pela pequena produção e se afirma, freqüentemente, uma "tendência" que já excluiu a possibilidade de se pensar a reforma agrária como solução econômica. Entretanto, não é só no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT — enquanto o chimarrão passa por mãos de lideranças nordestinas e dirigentes gaúchos comem feijão com farinha de mandioca — que se discute o "potencial" político dos pequenos produtores.

Há, neste momento, uma concorrência explícita, entre diferentes forças sociais, para encontrar meios para responder as demandas dos agricultores e encontrar as melhores formas de "organizá-los". Nesta concorrência, que certamente é política, conta, sobretudo, a capacidade de cada uma das instâncias (que disputam a adesão dos pequenos produtores) de formular pro-

postas que resultem ganhos econômicos imediatos para estes trabalhadores ameaçados em sua reprodução social, seja em nível de pressão e barganha em direção à política agrícola oficial (crédito, subsídios, preços), seja em nível de melhorias de condições de produção e comercialização.

Elementos de uma disputa — Na disputa pela organização dos pequenos produtores, o Estado (e as forças que o compõem) tem uma posição peculiar. De opositor, no momento da luta pela terra ou nas reivindicações pela política agrícola, o Estado, em suas secretarias, institutos e projetos, passa a "colaborador" imprescindível nos assentamentos ou nos projetos especiais.

Neste último contexto, ele tem o "dom" de aparecer, junto ao chamado "público alvo" e demais competidores, como "acima da disputa", pois trata-se de através dele "abrir espaço" e assim provocar o melhor uso do dinheiro público.

No entanto, pode-se observar que a presença do Estado interfere diretamente no campo de forças em que se disputa a adesão dos pequenos produtores. Sua presença, através de técnicos e recursos, influencia na diferenciação interna entre pequenos produtores, reforça certas lideranças em detrimento de outras, cria outros recortes baseados no fracasso/sucesso econômico.

Como exemplo, podemos utilizar o projeto Nordeste, em seu segmento denominado Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (Papp). Este projeto diferencia-se dos similares anteriores justamente pela retórica de "participação de comunidade" e de inclusão das "organizações de representação dos trabalhadores nas instâncias de decisão". O "Nordestão" legitima instâncias sindicais, mas acaba transformando recursos econômicos de bancos de desenvolvimento nacionais e internacionais em "capital político" utilizado por forças sociais em concorrência.

Senão, vejamos. Através do "Nordestão", as federações de trabalhadores na agricultura puderam melhorar suas instalações, comprar veículos e contratar advogados para dar assistência jurídica aos trabalhadores. Contudo, este Estado que aparece acima das disputas, ao equipar o "movimento



A presença do Estado interfere no campo de forças em que se disputa a adesão dos pequenos produtores, reforçando certas lideranças em detrimento de outras



João Roberto Ripper

sindical" equipa, de fato, certos grupos dentro do sindicalismo, garantindo sua reprodução, enquanto "direção". Por outro lado, o fato dos recursos do Projeto Nordeste passarem pelos governos estaduais resulta, através deste projeto, no estreitamento de relações entre as federações e os governos de Estado. Se as consequências desta relação variam de acordo com o perfil político dos governos estaduais, não é arriscado dizer que há um comprometimento evidente da autonomia das federações frente à burocracia estatal e às estratégias dos governos estaduais para esvaziar e administrar conflitos. Através deste projeto, inaugura-se um novo tipo de "peleguismo" (entendido como reprodução de lideranças através da relação com a máquina estatal) no campo. Até agora, no cômputo geral, através das federações, pode-se dizer que na maioria dos Estados o "Nordes-

tão" beneficiou os mais conservadores. E tudo isso em nome dos pequenos produtores que devem ser beneficiados! Em nível dos sindicatos, um dilema específico se coloca para aqueles classificados como "combativos". Eles recebem dois tipos de pressão:

a) dos trabalhadores associados ao sindicato que, atingidos pela propaganda dos projetos, não podem compreender porque a diretoria de seu sindicato não se empenha em torná-los beneficiários de programas oficiais que minorem suas imensas dificuldades de reprodução econômica;

b) dos próprios técnicos dos projetos que, ao sentir certa resistência das direções sindicais, acenam com a possibilidade de criar "associações" de trabalhadores, entrando em concorrência direta com o sindicato.

Alguns estudiosos críticos do Papp já chamaram a atenção para o fato das direções sindicais passarem a administrar burocraticamente o projeto, deixando de lado o encaminhamento de outras lutas dos pequenos produtores e de outras categorias de trabalhadores rurais filiados ao sindicato. Gostaria de chamar a atenção aqui para o fato destes recursos administrados (por uma ou outra instância sindical ou associativa) alterarem o peso das diferentes correntes que disputam a adesão dos pequenos produtores.

Uma questão final — A partir desse exemplo pretendo concluir o raciocínio inicial.

Ao que parece, apesar do peso econômico relativo da pequena produção ter diminuído, a disputa pela "organiza-

ção" dos pequenos produtores demonstra que seu peso político pode viabilizar ou fragilizar propostas econômico políticas concorrentes que ultrapassam a especificidade da área rural. São modelos de desenvolvimento e de sociedade que estão em jogo, disputando o "capital político" acumulado em dez anos pelos pequenos produtores.

Do ponto de vista das organizações dos trabalhadores, é possível afirmar que foi tanto a própria dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, quanto as articulações nacionais que permitiram a explicitação de interesses e confrontos comuns, tornando possível a construção de uma identidade de "pequeno produtor em luta". Porém, o fato de o Estado ser um ator multifacetário e uma presença inevitável (quando está em jogo a reprodução de setores da pequena produção) em nada favorece a unificação política das lutas dos pequenos produtores.

Esta história está apenas no começo. Seu desenrolar, no entanto, não depende apenas da "tendência" do desenvolvimento do capitalismo, do "destino" reservado para a pequena produção e do tipo de "democracia" que passa a existir no Brasil. Depende, também, da capacidade/incapacidade do sindicalismo de trabalhadores rurais de encontrar formas de incluir as reivindicações dos pequenos produtores e articulá-los com os demais trabalhadores. Para a lógica de reprodução do Estado, para os diferentes regimes políticos que o realizam e para os modelos de desenvolvimento possíveis os pequenos produtores contam politicamente para além das demonstrações economicistas em contrário.

Regina Reyes Novaes, antropóloga, é professora do IFCS/UFRJ, colaboradora do Programa "Movimento Camponês/Igrejas" do CEDI e integrante do Conselho Editorial de *Tempo e Presença*.

EA QUESTÃO NUCLEAR?



Da usina nuclear de Angra dos Reis ao projeto do submarino nuclear de Aramar, a questão nuclear é um assunto polêmico, que a publicação discute de forma acessível, fortalecendo a luta antinucle-

ar numa perspectiva ecológica voltada para o conjunto da sociedade.

Coedição CEDI — Desep/CUT — Nemi — Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba
138 páginas, 13,5x20,5 cm, NCz\$ 7,20

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983, aos cuidados do Setor de Distribuição, CEP 01238, São Paulo, SP, ou através de vale postal para a agência do correio 403911, Santa Cecília, São Paulo, SP

QUESTÕES SOBRE O SINDICALISMO RURAL

Leonilde Sérvolo de Medeiros

Anova Constituição brasileira, no que se refere aos direitos sindicais, trouxe para o plano da lei a consagração de uma série de antigas demandas dos trabalhadores. E, mais do que isso, de um conjunto de conquistas que se acumularam através de lutas que há muito vinham se verificando, quer na cidade, quer no campo.

A liberdade de organização, a eliminação da possibilidade de intervenção direta do Estado sobre as entidades sindicais e o fim do estatuto único representam, sem dúvida, uma ruptura com a estrutura corporativista que se perpetuou por mais de cinqüenta anos, deixando marcas profundas na nossa cultura política e sindical. Esse rompimento, no entanto, não foi total, visto que foi mantida a unicidade, o imposto sindical e, através dele, a estrutura confederativa.

É nosso objetivo aqui tecer alguns comentários sobre os efeitos que a nova lei vem exercendo sobre o sindicalismo rural, procurando apontar sobre que realidades ela recai e, num contexto de crise de estruturas sindicais tradicionais, que potencialidades ela ativa.

Logo após a aprovação da Constituição e no espaço político deixado pelo fim do enquadramento sindical, via Ministério do Trabalho, verificaram-se iniciativas que criaram fatos políticos significativos. A criação dos sindicatos e da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (Feresp), agrupando principalmente trabalhadores da cana, e a proposta de um Sindicato de Fumicultores no Rio Grande do Sul trazem em seu bojo o questionamento do "sindicato de trabalhadores rurais" como instrumento capaz de representar a diversidade de interesses presentes no campo. Enquanto tal, indicam uma ruptura com o modelo contagiiano de sindicalismo já bastante abalado desde o início dos anos 80, com a configuração de propostas de

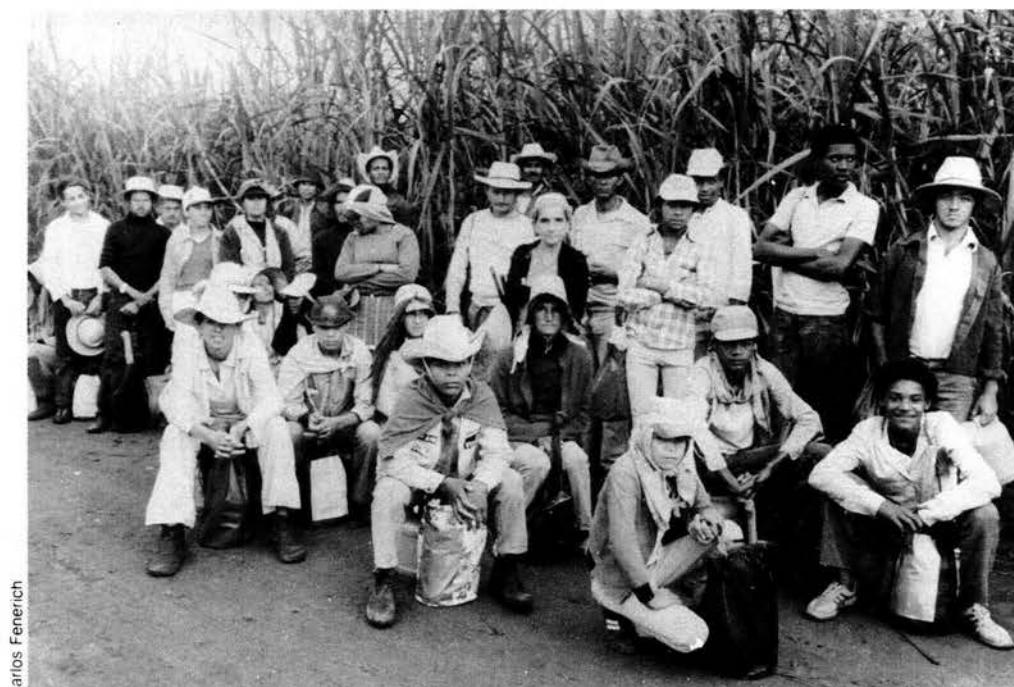
O sindicalismo defendido pela Contag reflete as ambigüidades entre uma prática sindical "avançada" e o terreno minado por direções politicamente amorfas, dissociadas das categorias que representam

ação e organização sindical que convergem e se consolidam na organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O debate sobre a reestruturação sindical rural hoje, fruto de um conjunto de tensões que se acumulam no campo do sindicalismo, ultrapassa, no entanto, a questão do sindicato por categorias e aponta para uma profunda revisão do modelo sindical herdado.

Especificidades — O sindicalismo que se desenvolveu no campo após o golpe militar, e mais especificamente, a partir do final da década de 60, tem

como uma de suas marcas características a forte presença da confederação — Contag —, que se consolidou e ganhou expressão política como portavoz socialmente reconhecido dos "trabalhadores rurais", categoria genérica que abrange assalariados, parceiros, posseiros, pequenos proprietários etc. A especificidade dessa entidade em relação às suas congêneres, é que ela foi precocemente ocupada por setores do sindicalismo que, de alguma forma, eram portadores da memória de lutas anteriores e, por uma conjunção de fatores que não é possível abordar aqui, buscaram se tornar referências para



Carlos Fenerich

Em contraponto ao modelo contagiano, o sindicalista tem hoje de estar mais afeito à complexa divisão social do trabalho, no caso de uma greve ou de uma negociação

os conflitos que se desenvolviam no campo. Fazendo da luta pelos direitos, tanto trabalhistas quanto os enfeixados no Estatuto da Terra, a marca de sua proposta, criou condições para que muitas das lutas passassem pelo sindicato (o que não significa dizer que sempre coubesse a essas entidades a sua direção). A realização do projeto da Contag implicava a constituição de um sistema sindical fortemente integrado, verticalmente articulado e unificado em torno da bandeira política “reforma agrária”, onde se fazia a integração da diversidade de interesses de suas bases.

Ao longo de sua trajetória, esse sindicalismo padeceu de uma série de ambigüidades. Talvez a mais visível seja a de tentar conciliar o fato de ser portador de um discurso “avanhado”, se considerarmos a conjuntura política em que se gera, com a sua disseminação em um terreno minado por direções sindicais politicamente amorfas, com interesses nem sempre casados com os da categoria que formalmente representavam. A prática da Contag, era pois, limitada quer pelas condições políticas mais gerais do país, quer pelas alianças que, no contexto da política sindical, a sua direção era obrigada a fazer com setores considerados mais “atrasados”. Mesmo assim, tornou-se uma importante referência quan-

do se pensa em conflitos no campo na década de 70 e início dos 80.

Desde logo, esse modelo sindical começou a ser colocado em questão. A intensificação de diversos tipos de conflito e as dificuldades da Contag em lhes dar escoadouro eficaz, levou, já em meados dos anos 70, ao surgimento de críticas às práticas sindicais vigentes e de novas propostas de ação. Nos anos 80, momento de disputa entre diferentes concepções de sindicalismos que desaguardaram na criação de duas centrais sindicais (CUT e Conclat/CGT), grande parte desses setores de oposição converge para a primeira, articulando-se ao seu projeto sindical. Com isso, forjam-se uma crítica mais ampla e uma alternativa ao modelo sindical da Contag e ao peso que nele assumia a estrutura confederativa e centralizada.

Unidade e enquadramento — Já nos anos 70, colocou-se no interior do sindicalismo contagiano, o debate sobre a pertinência de um sindicato de “trabalhadores rurais”. A defesa ardorosa dessa proposta representou então, a tentativa de manutenção do projeto de unidade das diferentes categorias contra iniciativas de setores estatais que, em situações diferenciadas, acenavam com a criação de sindicatos de pequenos proprietários e até mes-

mo sindicatos de cooperativas de bôias-frias.

Nos anos 80, a defesa que a Contag faz da unicidade e da recusa em reendar a Convenção 87 da OIT ganharam significado distinto. O que estava em jogo era a disputa com outro projeto sindical, representado pela CUT, que abria a discussão sobre a criação de sindicatos por ramos de produção, aceitação de movimentos e oposições sindicais como interlocutores, ênfase na estrutura horizontal da organização etc. Embora dentro da CUT tenha prevalecido a tese de apoio ao “sindicato dos trabalhadores rurais”, com a criação, no seu interior, de comissões e secretarias específicas por categorias, que garantiam um canal de escoamento para dentro do sindicato e da diversidade das lutas numa mesma região, o debate trazia desafios para a ação sindical.

Sob essa perspectiva, a manutenção da unicidade sindical na Constituição não impediu que a polêmica se mantivesse, visto que o fim do enquadramento sindical abria espaço para uma divisão por categorias ou mesmo ramos de produção. É nesse terreno que se acrescentam as experiências da Feraesp e do Sindicato dos Fumicultores.

Por outro lado, essas iniciativas têm encontrado eco e acirrado o debate em torno da necessidade de novas formas de organização. Para tanto, alega-se a progressiva complexificação da divisão social do trabalho. No caso dos cortadores de cana, por exemplo, coloca-se a questão de que uma greve, se não envolver outros segmentos, como os maquinistas, corre o risco de ter pouca ou nenhuma eficácia. Alega-se ainda a sofisticação envolvida na negociação de preços ou salários, o que passa a exigir maior especialização dos sindicalistas para responder satisfatoriamente. Esses e outros argumentos reiteram sempre a constatação de uma crise no modelo contagiano de condução das lutas e a busca de novas saídas.

Relações de poder — O debate sobre a reordenação sindical e a liberdade de elaborar estatutos, incide diretamente sobre as relações de poder no interior da estrutura sindical e nas suas relações com as bases.

O sindicalismo que se desenvolveu no Brasil foi sempre o marcado, quer estatutariamente, quer a nível de suas práticas, pelas preeminências da direção, em especial do presidente. Mais do que resultado da emergência de lideranças reais, o presidencialismo sindical, tanto no campo como na cidade,



João Roberto Ripper

significou uma acentuada centralização de poderes e decisões que constituiu um círculo vicioso: a apropriação de um determinado saber (o "como fazer" sindical) acabava sendo a razão para a centralização e perpetuação de dirigentes no poder, só excepcionalmente se alargando o círculo dos que participam e decidem. Esse mecanismo foi muitas vezes utilizado no interior do sindicalismo, inclusive para manipulação de processos eleitorais e até mesmo de encaminhamento de lutas, eliminando posturas rivais e consolidando quase que uma casta no interior dos aparatos sindicais.

A possibilidade dos sindicatos elaborarem seus próprios estatutos abre uma brecha para o rompimento do presidencialismo. Na área rural essa perspectiva também não recai sobre um terreno vazio. Alguns sinais de democratização já vinham se esboçando. O debate veio à tona com vigor por ocasião do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1985, tornando impossível a defesa pública do processo eleitoral nos moldes legalmente definidos. Nesse encontro, confrontaram-se posições que iam desde o indicativo de eleições diretas para federações e confederações, até colégios eleitorais, com diferentes graus de participação e com eleições congressuais.

A eleição em congresso por um colégio eleitoral (embora estreita em relação a outras propostas em debate), saída que acabou se impondo, trouxe em seu bojo a idéia de que, mais do que um simples processo de votação, o processo eleitoral implicaria em avaliação da gestão anterior e comprometimento da nova diretoria com um pro-

O presidencialismo sindical, no campo e na cidade, levou à centralização do poder, eliminando posturas rivais e consolidando uma espécie de casta dentro do sindicalismo

grama de ação. Essa prática, aliás, não respeitada pela grande maioria das federações e sequer pela Contag no ano de 1989, indica um debate no interior do sindicalismo sobre os mecanismos de poder e decisão incrustados na cultura sindical dominante. Não por acaso, o debate sobre a criação dos departamentos rurais da CUT tem colocado os congressos como instância máxima decisória. A própria criação da Ferraesp se fez sob a égide de uma concepção estatutária que valoriza a participação dos trabalhadores através de assembleias e congressos.

Nessas novas experiências é possível localizar a busca de criação de mecanismos para a superação da centralização e, ao mesmo tempo, institucionalização de espaços de participação e aparecimento de novas lideranças.

Contribuição sindical — A contribuição sindical aparece como um aspecto polêmico no interior do sindicalismo, na medida em que hoje são poucos os sindicatos que podem dela prescindir e manter-se somente com a contribuição voluntária de seus filiados. Sua manutenção, na nova Constituição, com a finalidade explícita de "custear do sistema confederativo da representação sindical respectiva" operacionaliza a sobrevivência de estruturas burocratizadas, independente do trabalho que tenha junto às suas bases.



João Roberto Ripper

Embora no meio urbano se ensaiem experiências de devolução dessa contribuição aos associados, no campo a questão se coloca de forma extremamente ambígua dada a conhecida penúria financeira dos sindicatos rurais, correspondente ao baixo poder aquisitivo de suas bases. O sindicalismo rural vive hoje, pois, uma situação de dependência financeira que não é sem consequências para sua autonomia política.

Desafios — O momento hoje para o sindicalismo rural é de desafios: romper o corporativismo, democratizar os processos decisórios, estar mais presente nas lutas. Esse debate ganha colorido na medida em que se acirra a disputa pela representação dos trabalhadores, pela direção real de suas lutas explicitando propostas distintas.

Um amplo leque de experiências se abre e complexifica o campo em que as disputas se dão, impondo novas questões. Uma das mais significativas é, sem dúvida, a de como criar uma estrutura flexível que permita manter em seu bojo a diversidade das lutas que historicamente vem assumindo no Brasil um perfil sindical (luta por salário, por uma política agrícola que atenda o pequeno produtor, luta por terra), e que vem sendo o espaço real de constituição da classe trabalhadora do campo.

Leonilde Sérvalo de Medeiros é professora do CPDA/UFRJ e colaboradora do Programa "Movimento Camponês/Igrejas" do CEDI.



João Roberto Ripper



NEM REFORMA AGRÁRIA NEM TRIBUTAÇÃO DA TERRA

Carlyle Vilarinho

Entre os diferentes estratos de propriedade da terra, a sonegação do ITR é mais incisiva em relação aos grandes proprietários e latifundiários, com percentuais de evasão de 73,5% e 97,5% nos últimos anos

O Estatuto da Terra dedica um capítulo à reforma agrária e um outro ao desenvolvimento econômico. Dentre os instrumentos de desenvolvimento econômico, destaca-se o Imposto Territorial Rural (ITR), que deveria cumprir os seguintes objetivos: a) estímulo à racionalização da atividade agropecuária; b) desestímulo aos que exercem o direito de propriedade sem observância das funções sociais e econômicas da terra; c) propiciar recursos à União, aos Estados e Municípios, para financiamento dos projetos de reforma agrária. Nestes termos, o ITR é inserido no Estatuto da Terra como medida complementar à reforma agrária. Mas, passado um quarto de século — que será comemorado no próximo 30 de novembro — de sua

promulgação o que temos é que, do estabelecido no Estatuto da Terra, nem fizemos a reforma agrária nem, tampouco, uma efetiva tributação.

Ao longo de sua existência, o ITR nunca foi cobrado nos moldes preconizados em lei. Assim, ele vai se caracterizar como um imposto impregnado de altos percentuais de subtributação e evasão.

Subtributação — Uma das principais causas da inocuidade do ITR — seja como instrumento de desestímulo à subutilização da terra, seja como provedor de receita fiscal — é que o valor do imposto efetivamente emitido é substancialmente inferior ao valor que realmente poderia assumir. Assim, sobressaem como fatores de subtributação

os seguintes elementos: a) o Valor da Terra Nua (VTN); b) as falsas declarações de área aproveitada, área utilizada e produtividade alcançada.

O VTN declarado pelo proprietário deve ser, no mínimo, igual ao fixado pelo Incra para o município de localização do imóvel, sob o risco de, se inferior, ser impugnado. Por seu turno, o VTN fixado pelo Incra deve espelhar os preços de terras verificados no mercado. Pois bem, o problema aqui é que em nenhum momento da história do ITR os VTNs mostraram-se condizentes com a realidade dos preços de terra. Assim, em 1985 e em nível de Brasil, o VTN representava apenas 4,9% dos preços de mercado levantados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em apenas dois Estados (Pará e Rio Grande do Sul) o VTN representava mais que 10% dos preços apurados pela FGV (12,2% e 12,9%, respectivamente) ao passo que, em quatro Estados, a relação não alcançava 3% (Mato Grosso do Sul, 2,9%; Amapá, 2,7%; Mato Grosso, 2,2% e Roraima, 1,7%). Diante disso, e lembrando que o VTN é o elemento chave na determinação do imposto, tem-se que o problema da subtributação no ITR parte, primeiramente, do próprio órgão responsável pela sua emissão e administração.

Falsas informações — Na medida em que a alíquota do imposto é determinada pela relação entre a área do imóvel, declarada como aproveitável, e o módulo fiscal do município — que expressa um tamanho ideal de imóvel — e mais, que a relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável tanto pode duplicar, triplicar ou

quadruplicar o valor do imposto como reduzi-lo em até 45%, observa-se, sobretudo entre os grandes proprietários, uma "tendência de redução de áreas aproveitáveis" dos imóveis. Assim, observa-se que nos grandes imóveis a área declarada como aproveitável é relativamente menor que nos pequenos e médios imóveis. Como não existe nenhuma explicação agronômica para esse fenômeno, a conclusão a que se chega é que essas declarações são simplesmente falsas.

Falsidades são observadas também quando se toma os índices de produtividade que os proprietários declaram alcançar em suas explorações. Como a maior eficiência na exploração permite que o imposto seja reduzido em até 45%, os proprietários tendem a declarar índices de produtividade superiores aos observados na agricultura brasileira. Assim, vamos observar que, enquanto em Minas Gerais o IBGE aponta produtividades médias de 40t/ha para a cana-de-açúcar, os proprietários declaram alcançar 450t/ha; enquanto em São Paulo o IBGE registra 1,8t/ha para o algodão, os proprietários declaram até 18,9t/ha.

Diante da irreabilidade do VTN, fixado pelo Incra, e das falsas declarações dos proprietários, o valor do imposto emitido por hectare acaba sendo bas-

A subtributação e a evasão fiscal têm a mesma origem: a falsa determinação política tanto para fazer a reforma agrária, quanto para a cobrança do ITR

tante irrisório. Desse modo, em 1985 o valor do ITR por hectare representa, em média, apenas 0,044% dos preços de terra, também por hectare, levantados pela FGV: ou seja, um valor quase que simbólico.

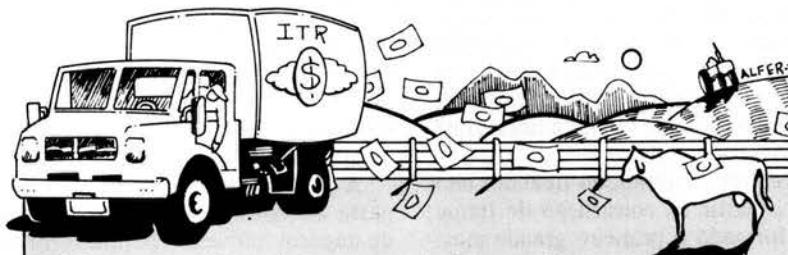
Evasão — Não obstante o insignificante valor do ITR/ha, temos que os proprietários — sobretudo os grandes latifundiários — simplesmente não pagam o imposto que lhes é cabido. Tomando o período de 1982/85, observa-se que o percentual de valores de ITR não arrecadados cresce ano a ano, de modo que, em 1985, do total emitido 72,2% não foram arrecadados. É importante assinalar que é entre os grandes proprietários e latifundiários que se registra os maiores percentuais de evasão. Assim, enquanto nos estratos de até 50 ha a evasão é de aproximadamente 40%, nos estratos de mil a 10 mil ha ela atinge 76%, e nos de mais de 10 mil ha chega a 90%. No minifúndio e na empresa rural a evasão é da



ordem de 46,7% e 19%, respectivamente, ao passo que no latifúndio, por exploração é de 73,5% e no latifúndio por dimensão atinge o absurdo percentual de 97,5%. Ou seja, o latifúndio por dimensão só paga 2,5% do valor do ITR que lhe é devido.

A explicação para os elevados percentuais de subtributação e evasão fiscal acima assinalados é uma só: da mesma forma que não houve determinação política para se fazer a reforma agrária, também não houve determinação política para a cobrança do imposto. É a omissão política na aplicação — cumprimento — da legislação vigente que, em última instância, vai explicar os altos percentuais de subtributação e evasão fiscal. O que, por seu turno, transforma o tributo em mera ficção, sem forças para cumprir minimamente seus objetivos.

Finalmente, é importante frisar que, cobrar o ITR na forma prevista em lei, não implica abandonar a reforma agrária. O imposto, por si só, é insuficiente para fazer a redistribuição da terra. Para dar terra a quem não tem terra o instrumento é a reforma agrária. O ITR, se bem aplicado, é um bom instrumento para punir a subtributação, e incentivar o uso racional da terra. De qualquer forma, tanto para fazer reforma agrária como para cobrar o ITR é fundamental que haja determinação política. O que não foi possível observar nestes 25 anos de Estatuto da Terra



Valores que deixam de ser arrecadados em relação ao total dos valores emitidos de ITR, segundo classes de área e categoria de imóvel, 1982/85 (%).

Classes de área (ha) e Categoria de imóvel	1982	1983	1984	1985
- de 10	27,4	30,6	30,4	37,7
10-50	32,1	36,9	35,4	44,4
50-100	39,5	44,3	41,1	51,6
100-500	45,8	50,4	48,7	55,0
500-1.000	52,6	60,4	51,9	60,0
1.000-10.000	74,1	76,5	74,4	76,9
+ de 10.000	87,8	89,7	87,2	90,0
Minifúndio	33,1	38,4	37,5	46,7
Empresa Rural	25,5	30,5	13,4	19,0
Lat. por exploração	65,5	70,2	66,9	73,5
Lat. por dimensão	95,9	97,5	97,0	97,5
Total	64,8	69,5	66,8	72,2

Fonte: Incra, *Estatísticas tributárias - 1982/85*

Carlyle Vilarinho é mestre em Economia e integrante da Associação Brasileira de Reforma Agrária.

ESTADO E MEIO AMBIENTE

A IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS E O RIMA

Há um desencontro de prazos entre planejamento energético e meio ambiente, porque os estudos ambientais estão atrelados aos de engenharia. O que pode comprometer a elaboração do ciclo agrícola da região

Aurélio Vianna

Apartir de 10 de julho de 1934, com a assinatura do Código de Águas (decreto 26.234), o setor de águas e energia elétrica foi regulamentado por legislação federal. Esta regulamentação conteve a primeira tentativa do Estado em assegurar alguma proteção ambiental frente aos aproveitamentos energéticos e, mais particularmente, aos aproveitamentos hidrelétricos.

No entanto sua aplicabilidade, no que tange às questões sócio-ambientais, foi limitada. Nas décadas seguintes a construção de grandes hidrelétricas não foi precedida de estudos sócio-ambientais. Somente a partir da década de 70, a fim de atender solicitações dos agentes financeiros (bancos multila-

terais), começaram a ser elaborados estudos sobre consequências ambientais da implantação de usinas hidrelétricas. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD), após a conferência de Estocolmo (ONU) sobre meio ambiente e em resposta a pressões dos movimentos ecológicos, passaram a exigir-los. Contudo, não havia uma normatização para os estudos que, assim, abordavam de maneira superficial os efeitos diretos e indiretos que a instalação e operação da usina hidrelétrica causaria junto à população, à fauna, à flora e qualidade da água da região.

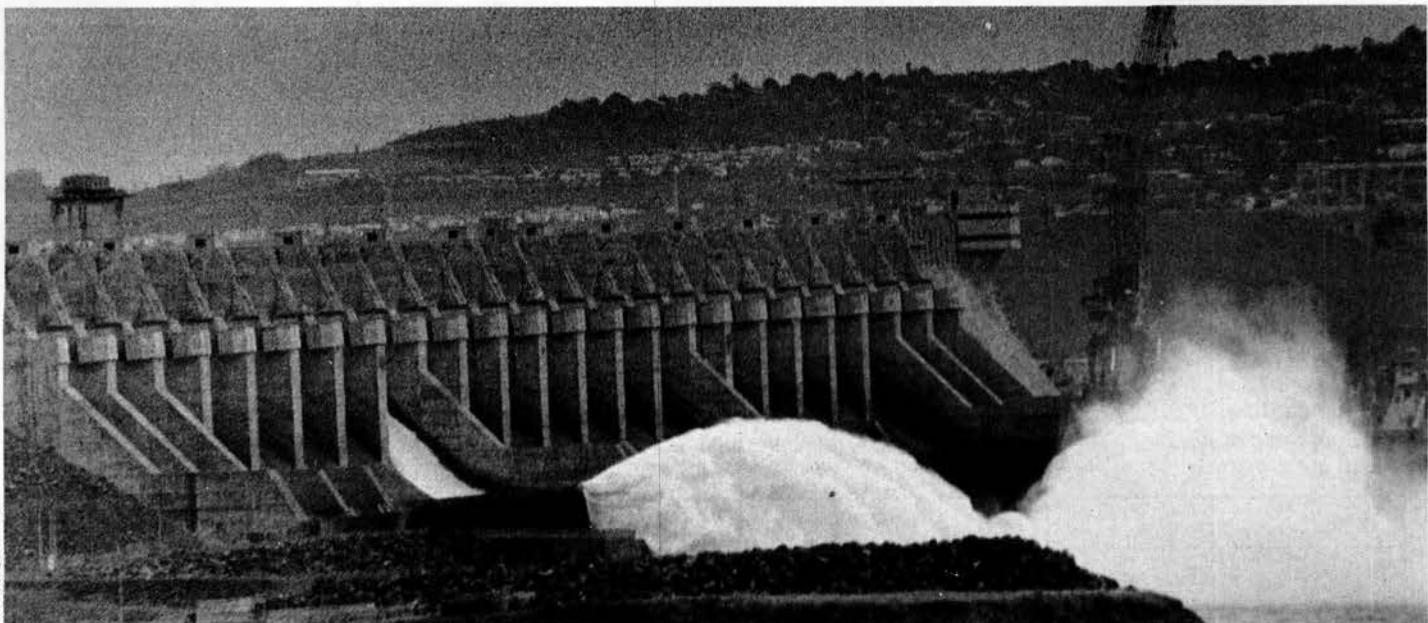
Em nível interno, no final dos anos 70, a partir da construção de Itaipu, foi formado o primeiro grande movi-

mento social de defesa da população afetada por barragens hidrelétricas. Nesse período também foi criada a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), no Alto Uruguai. Apesar desses movimentos não tocarem explicitamente em questões ecológicas, o fato de tratarem da população atingida fazia com que fossem tidos pelo Estado, e mesmo internacionalmente, como movimentos reivindicatórios de questões socio-ambientais.

Cabe destacar que, seguindo a visão consagrada no Código de Águas, os estudos de "população" eram parte dos estudos "ambientais" (de fauna, flora, qualidade de água etc.).

Meio ambiente e setor elétrico — Até o início da década de 80, a autorização para a realização de aproveitamentos hidrelétricos passava unicamente pela aprovação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnane), órgão normatizador vinculado ao Ministério das Minas e Energia, responsável pela autorização a empreendimentos hidrelétricos.

A partir da década de 70, o Dnane passa a exigir a elaboração de estudos de impacto ambiental para a constru-



ção de hidrelétricas. Em 31 de agosto de 1979, estes estudos aparecem como requisito para a aprovação dos estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas (portaria Dnace/DG nº 99). No entanto, somente com a instituição e regulamentação da Política Nacional de Meio Ambiente, lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, é que o licenciamento para a construção de usinas hidrelétricas passa a depender da aprovação de órgãos desvinculados do setor elétrico.

A partir daí o Estado, e mais especificamente o setor elétrico, prepara-se para fundamentar e operacionalizar sua política ambientalista com a criação de departamentos e assessorias de meio ambiente nas empresas do setor elétrico e a elaboração de documentos, como o *Manual de estudos de efeitos ambientais dos sistemas elétricos* (1985) e o *Plano diretor para a conservação e recuperação do meio ambiente nas obras e serviços do setor elétrico* (1986 e 1987).

Licenciamento ambiental — Dentre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente destaca-se o "licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras" (art. 9º, IV). Este instrumento possibilita ao poder público permitir, induzir ou mesmo rejeitar a implementação de empreendimentos públicos ou privados, que visem a utilização de recursos naturais (hidrelétricas, mineradoras, usinas siderúrgicas etc.).

Segundo a lei 6.938/81, art. 10º, "a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente... sem prejuízo de outras licenças exigíveis". Os empreendimentos hidrelétricos enquadram-se perfeitamente neste artigo.

São três as licenças emitidas pelos órgãos ambientais estaduais:

1) Licença Prévia (LP), para a fase preliminar do planejamento do empreendimento. Contém os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação do empreendimento (hidrelétricas ou outros);

2) Licença de Instalação (LI), permitindo a instalação do empreendimento;

3) Licença de Operação (LO), autorizando o início da atividade licenciada.

Para obter as licenças exigidas, a lei nº 6.938/81 em seu art. 9º, inciso

Pressões políticas podem levar à aprovação do Rima a favor da implantação de uma hidrelétrica, contrariando os interesses da população atingida

III, listou como pré-requisito a "avaliação de impacto ambiental". Através da resolução 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), foi criado um instrumento denominado Relatório de Impacto Ambiental (Rima).

O Rima é um documento síntese, em linguagem de fácil entendimento, dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). O Rima e o EIA devem ser entregues aos órgãos ambientais pelos responsáveis por empreendimentos hidroenergéticos, como pré-requisito ao licenciamento ambiental.

Pela resolução 001/86, o Conama define Impacto Ambiental como "qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais". Ou seja, todas as interferências provenientes da implantação de usinas hidrelétricas que afetam a população humana, a fauna, a vegetação, a qualidade da água, enfim, o meio ambiente da região, é um impacto ambiental.

Em 16 de setembro de 1987, a resolução nº 006 do Conama estabelece a compatibilização entre as etapas dos projetos de construção de hidrelétricas e os licenciamentos ambientais necessários.

Estudos de viabilidade — A partir dos estudos de inventário as empresas subsidiárias (Furnas, Eletronorte, Eletrosul etc.) contratam empresas de consultoria (as mesmas que realizaram o inventário ou outras) para a elaboração dos estudos de viabilidade do empreendimento e viabilidade ambiental.

Os estudos de viabilidade do empreendimento analisam algumas alternativas de locais para o barramento do rio (onde se localizará a futura barragem), a cota da barragem (a altura da água do reservatório) e outras questões que visam encontrar o local e a cota que sejam melhores do ponto de vista da engenharia, isto é, da geração de mais energia. O produto final desta fase de estudos é o relatório dos estudos de

viabilidade de uma barragem para a construção de uma usina hidrelétrica.

Os estudos de viabilidade ambiental são, geralmente, elaborados pela mesma empresa que realiza os de viabilidade energética. Isto é um problema, pois os estudos ambientais ficam atrelados aos estudos de engenharia, o que compromete os resultados dos primeiros. Do ponto de vista técnico os estudos ambientais ficam vinculados ao ritmo e ao cronograma dos estudos de engenharia. Mesmo que um estudo ambiental necessite de mais tempo para sua completa elaboração (por exemplo, acompanhar todo o ciclo agrícola da região), este prazo estará atrelado às *necessidades* de licenciamento da obra.

Do ponto de vista político, os estudos podem ficar subordinados apenas à lógica da maior produção de energia, limitando-se a medidas ambientais paliativas. Em última instância, a construção daquela hidrelétrica, localizada *naquele* ponto do rio e com aquela *cota*, não pode ser questionada.

Os estudos de viabilidade ambiental buscam analisar a situação do meio antrópico (população, socioeconomia, arqueologia), meio físico (geologia — relevo, solos; limnologia — características físico-químico-biológicas da água, qualidade de água) e meio biótico (fauna e flora), visando prever os impactos ambientais que ocorreriam com a

A construção de grandes hidrelétricas, como a de Tucuruí, não foi precedida de estudos ambientais



instalação de uma usina hidrelétrica e as medidas mitigadoras (suavisadoras) de impactos. Uma das questões presentes neste momento é a da abrangência dos impactos para cada um dos meios (antrópico, físico e biótico). Por exemplo, em relação à população os manuais da Eletrobrás indicam que a população diretamente afetada é a da área de inundação e local de instalação do canteiro de obras. No entanto, na maioria dos empreendimentos, a população a jusante (rio abaixo) da barragem é diretamente atingida por alterações na qualidade da água e regime do rio (cheias e vazantes, por exemplo). Considerar esta população como diretamente afetada ou não, é uma questão importante. O que está em jogo

é, no mínimo, considerá-la para um conjunto de medidas que deverão ser tomadas pela empresa subsidiária.

A conclusão dos estudos é sistematizada no relatório do EIA e no Rima. Eles são apresentados ao órgão ambiental (usualmente Secretaria Estadual de Meio Ambiente), que julga se os relatórios são tecnicamente aceitáveis ou não.

O órgão ambiental tem poderes para recusar o Rima e solicitar outro. Pode, por exemplo, questionar a delimitação da população diretamente atingida pela barragem e solicitar a inclusão de novos estudos de outros grupos populacionais a montante (rio acima) ou a jusante (rio abaixo) do empreendimento.

O órgão ambiental pode sumariamente recusar a implantação da usina hidrelétrica em função dos problemas apresentados pelo Rima, já que somente com o Rima aceito é fornecida a licença prévia à empresa subsidiária. Com esta, a decisão de construção da usina hidrelétrica está tomada.

O Rima pode ser apresentado aos interessados em audiência pública convocada pelo órgão ambiental estadual ou solicitada por atingidos ou entidades (Conama, resolução nº 001, art. 11, parágrafo 2º). No entanto, a audiência pública não julga o Rima, mas sim o órgão ambiental, o que não garante a participação de representantes da população atingida ou da comunidade científica (universidades) neste processo. Assim, se existir um acordo do setor elétrico com o(s) governo(s) estadual(is) onde está sendo implantado o empreendimento é provável a aprovação do Rima por força de pressões políticas.

Conclusão — Cabe destacar que desde a primeira regulamentação federal sobre geração de energia hidrelétrica (Código de Águas) existiu — pelo menos “no papel” — a preocupação do Estado com as modificações ambientais de degradação provocadas pela geração de energia hidrelétrica. Cabe lembrar ainda que, desde o primeiro momento, a população afetada pelos empreendimentos é parte do item questões ambientais. Seguindo esta tradição, quando o setor elétrico fala hoje em meio ambiente implicitamente também fala em população.

Somente a partir da década de 70, quando a pressão dos movimentos ecológicos internacionais e da opinião pública em relação à falta de atenção às questões ambientais começam a dificultar a captação de recursos financeiros para os empreendimentos, estas questões começam a merecer maior atenção do setor elétrico e do Estado. Nesse caso, os movimentos de atingidos também colaboraram fundamentalmente nesta modificação de postura do setor elétrico.

A atual política ambiental do Estado e seu principal instrumento — o Rima —, surgiram como uma resposta a pressões externas. No entanto, com o avanço do movimento de atingidos por barragens e movimentos ecológicos, começou a se tornar objeto de lutas visando à efetiva proteção do meio ambiente.



Construção de uma hidrelétrica

ETAPAS	ESTUDOS DE ENGENHARIA	ESTUDOS AMBIENTAIS
Inventário/ Inventário Ambiental	Determinação do potencial de produção de energia elétrica da bacia de um rio. Estabelecimento de possíveis locais para a construção de barragens (eixos) e estimativa de custos de cada barragem e usina requerimento de Licença Prévia (LP)	Análise dos possíveis efeitos ambientais de cada uma das barragens propostas e a indicação de recomendações específicas para os estudos de viabilidade ambiental.
Viabilidade do Empreendimento/ Viabilidade Ambiental	Desenvolvimento dos estudos de uma barragem e usina, incluindo a necessidade de infra-estrutura para sua implantação. Verificação da viabilidade econômica. Definição exata do local do eixo de barramento (barragem) e de cota (altura da água no reservatório). Licença Prévia (LP)	Análise detalhada dos efeitos ambientais de uma determinada usina hidrelétrica e estimativa de custo das ações amenizadoras dos impactos ambientais. Elaboração do Relatório de Impacto Ambiental (Rima).
Projeto Básico/Projeto Básico Ambiental	Definição das obras de infra-estrutura necessárias, equipamentos para a usina, licitações e construção do empreendimento. Licença de Instalação (LI)	Elaboração de projetos de meio ambiente (relocação da população, salvamento da fauna e outros).
Projeto Executivo/Implantação de Projetos Ambientais	Construção da barragem e usina. Fechamento da barragem. Enchimento do reservatório. Licença de Operação (LO)	Implantação dos projetos ambientais (relocação de população e outros) e elaboração de programas de monitoramento.
Operação/Monitoramento Ambiental		Acompanhamento dos efeitos ambientais da hidrelétrica. Implementação do Plano Diretor de Aproveitamento do reservatório.

Aurélio Vianna é antropólogo e assessor do Programa “Movimento Camponês/Igrejas” do CEDI.

Os anos 80 têm, indubitavelmente, registrado em seu calendário de lutas no campo o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Suas ações espetaculares, na forma de ocupações, grandes acampamentos e caminhadas, seus símbolos e suas bandeiras de luta deram o tom numa determinada época e região, à luta por terra. Na conjuntura favorável que marcou os primeiros períodos da Nova República, foi ele sem dúvida um interlocutor privilegiado pelo Estado com relação a questão da Reforma Agrária.

À medida que o movimento avançava e suas ações obtinham sucesso, o governo cedendo à demanda de desapropriações, suas bases se ampliavam mas também se diferenciavam: os assentados tinham que concretizar esforços no sentido de consolidar economicamente a sua permanência na terra, enquanto que para reproduzir-se o movimento tinha que operar pressionando o atendimento da demanda dos sem-terra (segundo o movimento, arrendatários, meeiros, agricultores com pouca terra) por novas desapropriações. A diferença de situação entre os assentados e os sem-terra gerava dificuldades, pois as reivindicações, os compromissos e as formas de pressão e luta se distanciavam colocando desafios ao MST na manutenção da sua unidade interna, expressa no lema de que "a luta continua", mesmo após a "conquista". Nesse momento formaram-se comissões de assentados em vários níveis (local, estadual e nacional), obrigando a criação de instâncias específicas para a discussão das questões referentes aos assentados, e que se constituíram também em canais de comunicação próprios com o MST. Houve também uma discussão acerca do peso a atribuir neste contexto às "lutas econômicas" (crédito, insumos) e às "lutas políticas", conceituada como luta pela reforma agrária e, no limite, bandeira de luta pela transformação global das estruturas (essa discussão esteve presente no 3º Congresso do MST, 1987, em Piracicaba, SP).

A conjuntura do país neste período (86/87), indicava um acirramento progressivo das posições com relação à Reforma Agrária, expresso na própria correlação de forças interna ao governo Sarney (principalmente após a reforma ministerial de agosto/86), na configuração dos governos estaduais recém-eleitos e, inclusive, na formação e atuação da UDR.

Nesse contexto foi gestada a proposta de Cooperação Agrícola do MST, com objetivos econômicos, políticos e

ASSOCIATIVISMO ASSENTAMENTOS E RELAÇÃO COM O ESTADO

Os assentamentos se transformam em objeto de intervenção estatal, de políticas de assistência técnica e concessão de créditos, colocando questões ao processo organizativo dos assentados

Mariana Pantoja Franco



Douglas Mansur



Na ajuda mútua, a construção de uma nova sociedade

sociais. Nas suas próprias palavras: “(...) estimular e ajudar a organizar de todas as maneiras a Cooperação Agrícola nos assentamentos, como a principal forma de resolver os problemas econômicos, sociais e manter os trabalhadores organizados nas novas comunidades” (*Caderno de Formação* nº 11, agosto/1986).

Dentro do MST, a incorporação desta proposta e de encaminhamento concretos significou a introdução de uma nova problemática: a organização e a viabilização dos agora pequenos produtores. Por outro lado, os assentamentos, em seu processo de implantação e consolidação, se transformaram em objeto de intervenção estatal, de políticas públicas de assistência técnica e concessão de créditos. A adesão à proposta de Cooperação Agrícola, num contexto de necessária relação com o Estado, coloca questões ao processo organizativo dos assentados.

Cooperação agrícola — A cooperação agrícola se definiu, tal como colocada pelo MST, enquanto uma proposta organizativa para os assentados, visando capacitar-los econômica e politicamente frente às adversidades e oposições que se lhes antepõem diariamente à nível de produção e da sua mobilização política.

De acordo com a proposta, as iniciativas a serem implantadas seriam instâncias de organização dos assentamentos com os seguintes objetivos: elas visariam fortalecer a capacidade econômica de resistir e permanecer na terra; seriam também canais de representação política junto aos interlocutores externos e incentivariam novas formas de inter-relacionamento entre os

assentados, baseadas num ideal de “ajuda mútua”, visando a construção de “uma nova sociedade”. A cooperação agrícola recuperaria a dimensão da utopia política para as lutas até então consideradas “econômicas”, dito de outra forma, seria um dos elementos de integração da luta política do MST como um todo pela “transformação da sociedade”.

De fato, teve início em assentamentos toda uma política do MST intensamente voltada para o estímulo ao associativismo. Surgiu então uma variedade considerável de formas associativas, indicando não só diferentes formas de organização econômica, como também uma diferenciação social interna aos assentamentos. Todas estas iniciativas estavam, por princípio, referidas a um mesmo objetivo político-econômico. Evidentemente, tem havido um certo descompasso entre a força com que vem sendo colocado este objetivo para as lideranças e o ritmo e a intensidade com que vai sendo absorvido pelo grupo.

Mesmo a relação entre a cooperação nas formas de uso e posse da terra e dos instrumentos (tratores, arados etc.), e no trabalho, e a viabilização e sucessos econômicos parece não ser de realização imediata. Posteriormente, esta relação é complexificada pelas próprias condições objetivas nas quais os pequenos produtores estão inseridos, requerendo a sua viabilização econômica, processos sociais que extrapolam o âmbito do assentamento. As formas associativas, enquanto instâncias de representação junto a interlocutores externos na captação de recursos e benefícios, desempenhariam então um papel importante; por outro lado, a realidade parece indicar a existência de problemas nesta mediação.

Disputa e negociação — A chegada à terra desapropriada para assentamento geralmente é precedida por períodos nos quais, na condição de sem-terra, os hoje assentados enfrentam um processo descapitalizador dado, no limite, pelas duras condições de sobrevivência em um acampamento. Uma vez instalados, os assentados (mesmo considerando os diferentes “apoios” que recebam de parentes ou de suas comunidades de origem) vêem-se diante de dificuldades econômicas que podem comprometer sua viabiliza-

ção enquanto pequenos produtores. A necessidade de recursos e financiamentos externos é real.

A criação de formas associativas como instâncias de representação e/ou repasse de benefícios se dá, portanto, num contexto de fragilidade econômica, e no qual o que está em jogo não é apenas a viabilização objetiva dos assentados, mas sim a consolidação de uma proposta política. Há na verdade, uma “tensão” que permeará a negociação dos benefícios junto a instâncias externas, mais concretamente, do Estado. Esta negociação é marcada por uma disputa, que envolve diretamente o Estado, por um lado, e as organizações dos assentados por outro, em torno dos critérios e da distribuição dos benefícios.

Este embate com o Estado coloca questões para o processo de organização dos assentados, e, portanto, do próprio MST.

As instâncias de organização dos assentados que se constituem como de representação têm, em certa medida, sua eficácia e sua legitimidade junto a seus representados relacionadas à capacidade que desenvolvem de, efetivamente, se fazerem ouvir pelo Estado e de lograr vitórias concretas na negociação da destinação de recursos para os assentamentos.

Por outro lado, há uma diversidade de formas associativas existentes nos assentamentos, que pode ser lida como expressão de segmentações internas, ou seja, uma variedade de posições e ênfases canalizadas através da proposta de cooperação agrícola. Fazer prevalecer este ou aquele critério na aplicação dos recursos caracteriza a disputa política com o Estado, mas também, de outro modo, destes segmentos entre si, dependendo da força relativa de pressão e de representação de cada um.

A definição de critérios de beneficiamento pode refletir então nos assentamentos através de segmentações já demarcadas; da geração de novos marcos diferenciadores; do fortalecimento de lideranças e de posições; da ilegitimação de lideranças e de propostas.

A discussão destes processos terá que passar também pela consideração de outros fatores que dizem respeito, por exemplo, à dinâmica social interna dos assentamentos; e à correlação de forças interna ao Estado, podendo este ser então qualificado. Neste sentido, afirmamos o caráter preliminar deste artigo, cujo objetivo foi levantar questões que estão postas à organização dos trabalhadores e que merecem uma reflexão mais detida.

Os pequenos produtores enfrentam dificuldades econômicas que podem comprometer sua viabilização, pois a necessidade de financiamentos externos é uma realidade

Mariana Pantoja Franco é assessora do Programa “Movimento Camponês/Igrejas” do CEDI.

QUESTÃO AGRÁRIA, ESTADO E DEMOCRACIA

Entrevista a Leonilde Sérvolo Medeiros e Mariana Pantoja Franco

TP — O que você quer dizer quando afirma que o Estado foi uma alavanca para a acumulação capitalista no campo?

Cândido — É evidente que toda a expansão capitalista no Brasil contou com uma forma de Estado e uma forma de financiamento da própria acumulação. As forças promotoras de expansão capitalista nos últimos setenta anos, são forças principalmente de base industrial. Numa primeira etapa, dos anos 30 até meados dos anos 50, usam a agricultura enquanto meio de financiar a sua acumulação, mas há uma mudança significativa que começa a se operar à partir dos anos 50 em diante. Tanto na primeira quanto na segunda fase, a solução encontrada é via Estado. Quando eu falo de Estado como alavanca de acumulação capitalista no campo, estou falando especificamente da segunda etapa, mais concretamente da modernização agrícola. Eu vejo a sua origem nos anos cinqüenta, quando o embate entre as várias forças interessadas na expansão capitalista industrial, leva ao suicídio de Vargas, à solução Kubitschek e à associação com o capital internacional como solução provisória, que acaba inviabilizando o próprio Estado populista.

Nestas circunstâncias implantam-se no Brasil as bases de um novo modelo de acumulação, que tem na grande indústria monopolista uma das suas condições. Esse novo paradigma industrial de organização do trabalho tem necessidade de um modo de regulação, um novo Estado, uma nova maneira de gerir os conflitos. A regulação autoritária parece ter sido a forma adequada do Estado para este modelo de desenvolvimento capitalista. Mas há uma questão no campo, que é essencialmente econômica, mas é também uma questão política. Em termos econômicos tratava-se de transformar o próprio campo em *locus* de acumulação; a própria atividade agrícola tornar-se-ia parte do processo de acumulação, não mais a financiando, mas permitindo a sua realização, quer dizer, fazendo parte do regime de acumulação. As grandes indústrias que aqui se instalaram, fossem nacionais ou estrangeiras, tinham como setores mais importantes a metal-mecânica, de equipamentos, a química e a de processamento. A condição para essas indústrias realizarem a acumulação era que fizessem funcionar a agricultura tanto enquanto processo produtivo, que incorpora insumos industriais, como fornecedora de matéria-prima para a indústria agroalimentar. Para viabilizar esse processo de integração entre os setores, é que vão ser importantes as várias formas do Estado arbitrar a relação e viabilizar a montagem de todos os instrumentos legais, institucionais e de políticas: de crédito, de preço, de comercialização, de armazenamento etc. Para isso o Estado passa a funcionar como mecanismo de transferência de rendas de setores urbanos, para certos setores do campo.

O processo de modernização da agricultura brasileira indica o Estado atuando como regulador de um determinado modelo de acumulação capitalista. Seu perfil e práticas (constituição de políticas e de instrumentos legais) norteiam-se por características tais como a eliminação de conflitos do seu interior e privatização de suas instâncias. Este modelo, hoje, se defronta com impasses. Nesse contexto, a questão da democracia é recolocada enquanto desafio à construção de alternativas que significam uma maior participação nas decisões de setores até então excluídos e a definição de um novo modelo de expansão agrícola. Cândido Grzybowski, professor do Iesae/FGV e pesquisador do CNPq, falou sobre esses temas em entrevista exclusiva a *Tempo e Presença*



Lourdes M. Grzybowski

Aí vejo uma privatização dos aparatos de Estado, que é apropriado por interesses corporativistas, não só os tradicionais, mas também novos. Alguns deles são as cooperativas, no caso do trigo e da soja, por exemplo, que passam a se articular diretamente nas instâncias do Estado, como forma de carregar recursos. O fato de ser um regime burocrático autoritário, usando a expressão de O'Donnell, facilita esse mecanismo de privatização do Estado, porque há um esforço de excluir do Estado o que é mais conflitivo. A relação conflitiva se reduz aos conflitos entre setores capitalistas. O Estado autoritário desenvolve então uma tecnocracia que é adequada exatamente para administrar os con-

No esforço de excluir o conflito e gerir o negócio, o Estatuto da Terra inaugura algo de novo na intervenção do Estado

flitos intercapitalistas. Um dos elementos importantes nessa privatização do Estado, é a privatização da renda social. Todo o mecanismo de arrecadação do Estado é potencializado com o regime autoritário. A reforma Campos-Bulhões visa recuperar a capacidade financeira do Estado. Mas ela é recuperada não para potencializar o lado social do Estado (educação, saúde etc.) e sim para potencializar a sua capacidade de gerir o processo de acumulação, transferindo renda.

Nos anos 70 está mais ou menos definido o quadro legal institucional. Nesse quadro, eu gostaria de destacar o Estatuto da Terra que, contrariamente, o movimento social, em determinado momento, incorporou como uma espécie de bandeira. O Estatuto da Terra inaugura uma coisa nova na intervenção do Estado na agricultura, nesse esforço de excluir o conflito e gerir o negócio.

A forma encontrada de proteger o Estado foi a distinção entre política agrícola e política agrária, que é básica da própria constituição do Estado como alavanca desta acumulação e que permitiu a montagem institucional diversificada no tempo. Num primeiro momento, o Estado simplesmente exprime os conflitos.

Essa distinção acabou mais do que somente distinguindo e caracterizando a interferência do Estado no campo, mas nos venceu ideologicamente, permitindo que não notássemos o caráter de duas faces da mesma moeda. Para poder privatizar o Estado era necessário separar o conflito, porque conflito é uma maneira de não privatizar o Estado. A relação conflitiva dentro da gestão de política agrícola, por exemplo, não permitiria nunca que um setor se apropriasse, como se apropriou, de órgãos do Estado de forma corporativista. Isso permitiu a montagem de incentivos fiscais, que tem razões políticas (uma certa busca de ampliação de bases de apoio no campo dos setores mais tradicionais), mas também de viabilizar a modernização em áreas difíceis.

Os incentivos no Nordeste, no Norte, na verdade, visam chamar certos setores mais reticentes da agricultura dominante regional. Na verdade, sobretudo no Norte, isso vai

ser apropriado não por essas forças, mas pelas empresas. Essa simbiose tão grande entre interesses do campo e a agroindústria, como houve no Pro-Álcool por exemplo, não houve em outras regiões. No Norte vai acontecer que a própria indústria se apropria ou cria condições para se apropriar dessa privatização de rendas sociais, que são os incentivos. No Nordeste, uma parte importante de setores regionais se apropriam disso, o que permite a pecuarização. Mas o mecanismo mais importante foi o crédito como instrumento de transferência de renda para o setor no campo que se integrasse nesse circuito da acumulação, cujo epicentro é industrial e não agrícola.

TP — Na sua análise, você dá um peso bastante grande a essa incrustação dos interesses desses setores novos de produção no Estado, através das associações de produto e multiproduto. Como você vê a relação disso com a representação tradicional dos setores agrários via representação sindical oficial patronal?

Cândido — As associações novas são mais eficazes para negociar com o Estado a política agrícola. A Fecotrigó, por exemplo, era uma convidada permanente para negociar o tipo de política agrícola, e não a Farsul, que representa o setor tradicional. A Fecotrigó é um órgão econômico-político e não o tradicional sindical. Há uma cooptação também de organizações do tipo agroindustriais. Eu lembro em 1979, quando houve o confisco da soja quando um movimento importante se deu no Sul, com a decisão da maxidesvalorização do então ministro da Fazenda, Delfim Neto. Houve uma grande mobilização dos pequenos e grandes produtores de soja. Para negociar uma solução, são convidadas três figuras: o presidente da Cotriúi, que era uma cooperativa isolada muito importante e que não fazia parte da Fecotrigó, o presidente da Fecotrigó e o presidente da Farsul. E é interessante que todos são do mesmo Estado, e o problema é muito mais amplo que de um Estado. Mas estes são vistos como os mais capazes de falar em nome dos interesses dominantes em jogo, o Delfim negocia com eles. Agora, tem um elemento importante, político, que não depende só da agricultura.

A agricultura mudou, se capitalizou, se modernizou, se expandiu desigualmente, mas se expandiu. Há uma burguesia com êxito, sobretudo industrial, mas também há um lado moderno agrícola. Só que da forma como isso se processou, levou a uma certa minoridade política dessa própria burguesia. Ela é profundamente autoritária, porque não tem tradição de enfrentar conflito. Ela tem tradição de negociar entre setores. O Estado num certo sentido a separava do conflito, o que pode talvez explicar, em parte, a origem da UDR enquanto entidade rebelde inclusive frente ao aparato do Estado e aos aparatos tradicionais dos setores dominantes.

Essa burguesia extremamente eficiente tenta reservar partes do Estado para ela. Prefere ir diretamente ao Estado do que entrar no jogo parlamentar, por exemplo, que suporia relações mais democráticas.

TP — O que mudou na relação Estado e questão agrária na Nova República?

Cândido — A Nova República levou, ao extremo, a mesma lógica. No primeiro ano, quando se anunciou o Plano Nacional de Reforma Agrária se tratava não de democratizar mas de estatizar a questão agrária. Em vez da militarização da questão agrária, a que se refere José de Souza Martins, vai passar a ser civil, mas é o mesmo tratamento. A concepção do Ministério da Reforma Agrária não foi uma mudança de sentido, foi um aprofundamento da



Regina Vieira



Desde que Íris Rezende assumiu o Ministério, o lado velho deste se tornou mais claro, favorecendo o lado da eficiência tecnocrática

TP — Certa ocasião, você mencionou um fato aparentemente paradoxal, de uma crise na agricultura com expansão da produção.

Cândido — A agricultura, em função ainda da presença, por um lado, de setores camponeses importantes e de outro, de pequenas unidades de produção que não são mais camponesas, funciona diferentemente do conjunto dos setores econômicos.

Na agricultura, para compensar a tendência de queda de preços se produz mais. O pequeno produtor, para poder manter o seu poder de renda, tem que aumentar a produção de forma equivalente. No setor industrial a queda de preço significa diminuir investimentos, diminuir produção.

Há uma certa expansão que, em média, deve ter sido de uns 3% ao ano na agricultura. Nos anos 80, ela tem sido mais regular em termos de crescimento do produto. Não dá para confundir isso com uma crise na agricultura. Nos anos 80 há um fenômeno bem diferente dos anos 70: os níveis de produção, do ano passado, de soja nos Estados do Sul, são iguais aos de 79. Não cresceu nada. A única produção que cresceu foi nos cerrados, pois eles são muito mais competitivos em termos de soja. Produzem em média uns 40% mais por hectare, têm uma variedade melhor de grãos e solos também melhores. É uma agricultura onde o solo não está todo esgotado, como está no Sul. Ao mesmo tempo a agricultura do Sul quase nunca vendeu soja para o Estado e a agricultura do cerrado depende muito da compra do Estado e do preço mínimo. Hoje, o mercado mundial de grãos, com exceção deste ano em função da seca do ano passado nos EUA, é um mercado estagnado. É o Estado que tem dominantemente regulado o mercado via compras, não via crédito. Como o cerrado é mais produtivo, o preço mínimo é mais compensador do que para o Sul, que rende 30,4% menos por hectare.

Hoje o Mato Grosso do Norte é o segundo Estado em produção de soja do país. Em 82 acho que nem produzia, e em mais ou menos sete anos se tornou o maior produtor.

Ele tem uma produtividade muito alta, mas o preço em relação a quem está aqui em São Paulo, produzindo soja, é a metade em função da distância. Há um esforço em fazer o Estado comprador porque o preço mínimo mesmo que esteja abaixo do preço internacional, é maior do que o preço de mercado, que é um preço que leva em conta a renda de localização, a distância em relação ao porto de Santos, por exemplo. Eu chamo isso de crise na medida em que é necessário redefinir os tipos de produtos, os tipos de ramos. No Brasil, a saída hoje em termos capitalistas deste modelo que foi potencializado, seria a internalização total. O que houve foi uma internalização parcial em função dos problemas de renda urbana.

O mercado alimentar que esse modelo supõe é bem mais dinâmico que o tradicional mercado de farinha de mandioca, feijão etc. Mas na medida que os salários urbanos

mesma lógica. Até as forças principais de interlocução, a Contag e a Igreja, aceitam isso e vêm a questão nos parâmetros que se adaptam ao Estatuto da Terra. É claro que há mudanças. Aliás, essas mudanças vêm de antes de 79/80. Em 80 há um deslocamento: a transferência não se faz mais via crédito subsidiado, mas passa a se dar sobretudo via preço.

O Estado passa a comprar grandes partes da produção, em alguns anos até 30% ou 40% de alguns produtos. A Nova República não muda essencialmente nada nesse campo. Há uma retórica de aumentar a produção alimentar: sem dúvida ela aumenta mas não por causa dessa política e sim porque nos anos 80, em função da crise maior da economia, essa mão-de-obra que circula no país passa a voltar ao campo, a optar por permanecer no campo, em função da inexistência de emprego. Há um aumento significativo de estabelecimentos agrícolas no campo, de forma precária, sobretudo posseiros, parceiros, que produzem o que chamávamos alimentos tradicionais: a produção de mandioca aumentou nos anos 80, a do feijão em parte. O milho, que é erroneamente considerado produção alimentar, cresceu espantosamente nos anos 80, mas enquanto componente da ração animal. Hoje há grandes empresas que produzem milho. Houve um fato novo também: anos sem seca no Nordeste, a partir de 83, o que permitiu que muita gente que migrava em função da seca permanecesse na própria região.

Há uma série de elementos conjunturais que não alteram a tendência, mas que explicam certas coisas. A Nova República não conseguiu essencialmente alterar em nada esse jogo, e isso fica mais claro desde que Íris Rezende assume o ministério, fica mais claro o lado velho do Ministério da Agricultura, o lado de eficiência tecnocrática para que o modelo funcione. Talvez seja um dos ministérios que melhor funcione nesse ponto de vista, o ministro tem legitimidade junto a esses setores empresariais agrícolas. Ele consegue canalizar as reivindicações desses setores, tem bom trânsito no governo Sarney. A questão Simon foi complicada, porque ele teve mais dificuldades em dar conta desses interesses tradicionais. Enfim, na essência se reduziu a transferência de recursos do Estado para a agricultura mas não se socializou o aparato do Estado: esta é a questão. Para mim a tarefa seria redirecionar a interferência do Estado na agricultura, trazendo o conflito social para dentro, para que ele possa produzir outros efeitos.

Para manter sua renda, o pequeno produtor aumenta sua produção; já no setor industrial, a queda de preço reduz o investimento

Sem democratização, o jogo será novamente a privatização do Estado, não se conseguindo avançar na gestão social da produção



nos estagnaram e houve uma perda enorme de salário, foram afetados enormemente certos setores da agricultura. O potencial de internalização depende dessas soluções macroestruturais. A acumulação não pode ser vista na agricultura em si, depende de como vão evoluir salários, de como vão evoluir os outros setores, do controle do setor financeiro que é um proprietário enorme de renda etc. Essas questões estão afetando claramente a agricultura não só pelo lado de não financiar, mas pelo lado da realização da acumulação. Em termos de mercado externo, a possibilidade desse modelo continuar é mais limitada. Tudo indica que há uma estagnação, não pelas mesmas razões. Chegou-se a um patamar de consumo nos países centrais ligado a esse modelo de produção e consumo que não permite uma grande expansão.

É possível imaginar que até o ano 2000, por exemplo, nós precisássemos 150% a mais de milho e o dobro de soja, só para o mercado interno, se houvesse esse crescimento real da renda, tipo 5% ao ano.

TP — Considerando a complexidade dos interesses que estão envolvidos na construção desse modelo, como é que você vê as possibilidades na mudança de governo?

Cândido — A questão democrática está no centro da própria acumulação capitalista hoje no Brasil e da constru-

ção de alternativas. A possibilidade em si democrática obriga a encontrar outras soluções, o capital sendo levado a enfrentar diferenças. Mas, ao mesmo tempo, para essa solução democrática ser eficaz é necessário que os setores que são contra a expansão capitalista sejam capazes de pensar estrategicamente alternativas e aonde incidir sua ação. Isso não quer dizer que vai-se inviabilizar a acumulação capitalista numa situação de maior democracia, mas é condição para que a democracia funcione. Porque se não houver democratização, será novamente o jogo dessa privatização dos aparatos do Estado, não se conseguindo avançar em termos de gestão social da produção. As possibilidades são dadas pela organização dos vários setores, pela sua recomposição enquanto forças sociais num novo quadro menos corporativo e mais político, de pensar alternativas e modelos. E avaliar como as novas tecnologias potencializam uns setores e outros; por quem estão sendo apropriadas; a que interesses correspondem; qual a possibilidade da geração e difusão dessa tecnologia ser socializada.

Um outro ponto importante é resgatar a soberania sobre o sistema agrícola-alimentar, ter condições de controlar as empresas que têm um papel determinante hoje no modelo de produção, de paradigma tecnológico, o que nos leva à necessidade de encontrar mecanismos do Estado controlar e poder influir com uma certa autonomia no direcionamento da produção agrícola. Com isso eu quero combater frontalmente tanto a idéia de liberalização quanto a não existência de códigos, tanto ambientais como sobre a qualidade dos produtos químicos, sobre a qualidade alimentar. São maneiras de submeter, de alguma forma, esses setores dominantes a uma decisão mais nacional. Esses são desafios que nós temos pela frente. E um outro, o mais importante talvez, é pensar de uma nova maneira a questão agrária, no sentido de qual deve ser a possibilidade de uma incorporação produtiva do campesinato e de uma maior presença econômica e política dos trabalhadores num modelo diferente da agricultura. Não em termos de uma política meramente social, mas de pensar a classe trabalhadora do campo como força essencial na definição de um novo modo de incorporação desse contingente que pode alterar o próprio processo de expansão capitalista e criar base para uma outra sociedade. Este é o maior desafio para se implantar a democracia hoje e levá-la a gerar uma nova ordem. Acima de tudo nós temos que ter um novo paradigma para pensar a questão que permite potencializar o que as lutas já indicam. É possível potencializar as reivindicações de forma produtiva, de maneira a definir um novo modelo de expansão agrícola.



Leia e assine a revista Tempo e Presença

Assinatura anual: NCz\$ 10,00 Assinatura de apoio: NCz\$ 15,00 Exterior: US\$ 30

Tempo e Presença é uma publicação mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares. Publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a revista tem sido um instrumento de reflexão para o ecumenismo comprometido com a construção de uma nova sociedade.

Faça sua assinatura através de *cheque nominal* para o CEDI, Av. Higienópolis, 983, aos cuidados do Setor de Distribuição — 01238 — São Paulo — SP

As resoluções de dois congressos de usineiros do açúcar, realizados em 1921 e 1928, nas cidades de Campos (RJ) e Recife (PE), já apontavam para uma demanda de intervenção do Estado neste setor. A incapacidade de controlar as variações dos preços do açúcar no mercado externo e os elevados custos de produção de açúcar e do álcool eram apresentados como fatores responsáveis pela instabilidade na taxa de lucro. Os usineiros reivindicavam uma participação estatal para regular a oferta e os estoques do produto, tornando o Estado um amortecedor das crises e estabilizador da taxa de lucro.

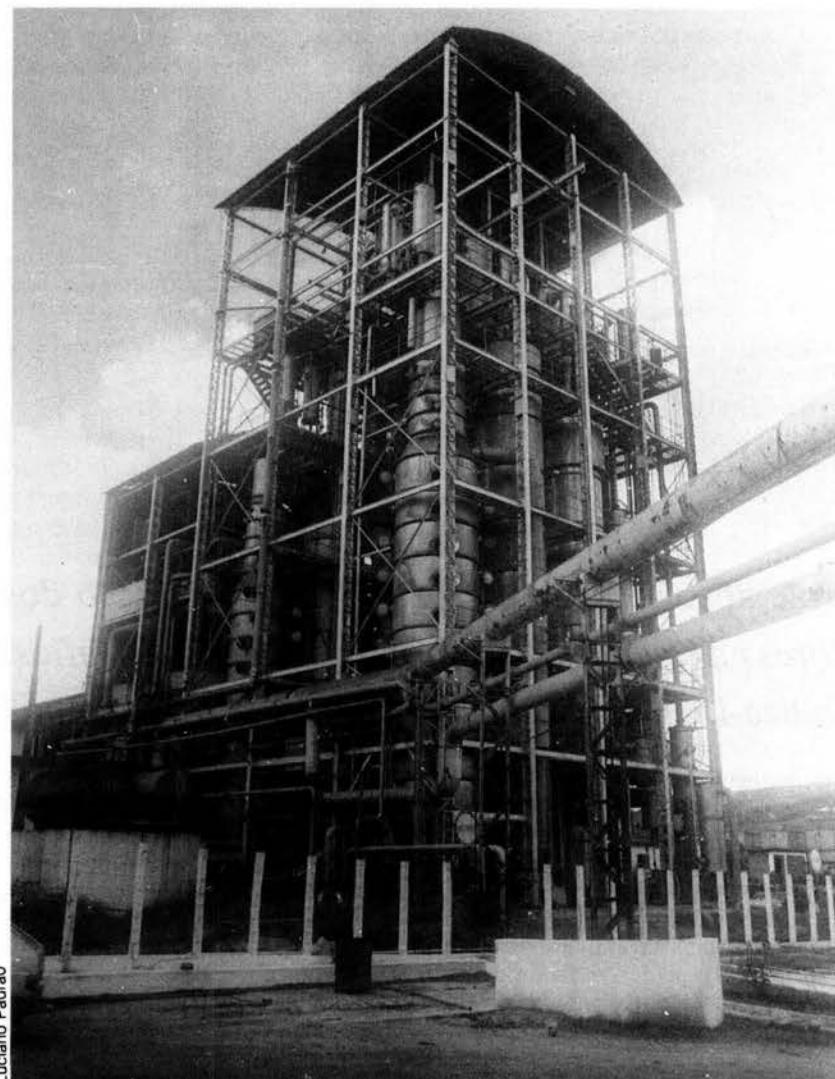
Em 1933 cria-se o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). O Estado, em decorrência da crise de 1929, ampliou sua ação, fixando quotas de produção por unidade industrial, preços do açúcar, álcool e cana, estatizando a comercialização.

Na década de 40, o Nordeste produziu dois terços do açúcar brasileiro. Novos equipamentos industriais foram colocados em funcionamento, novas diferenciações surgiram no seio da classe dominante. A instalação das usinas desativou os engenhos, transformando-os em "fogo morto". Senhores de engenho tornaram-se fornecedores das usinas. Por outro lado, ainda nesta década, a crise na cafeicultura na região Sul, o desenvolvimento da indústria, as dificuldades de abastecer os mercados em expansão com açúcar do Nordeste, em virtude da guerra, estimularam a expansão da agroindústria do açúcar e do álcool em São Paulo.

A produção de açúcar em São Paulo passou de 4,4 milhões de sacas para 8,1 milhões entre 1946/47 e 1951/52. Essa expansão deslocou o eixo de produção de açúcar do Nordeste para São Paulo, tornando mais complexa a administração do setor sucro-alcooleiro pelo Estado, pois era necessário administrar interesses dos usineiros do Sul, do Nordeste e dos fornecedores que, em muitas ocasiões, eram conflitivos.

A expansão desta agroindústria ocorria de forma desigual entre regiões. No Nordeste, mesmo com a modernização de algumas usinas, a produtividade esteve comprometida. Em parte, em virtude do baixo rendimento industrial da matéria-prima: a agricultura permanecia em velhos moldes. No Sul, o índice de produtividade do setor era maior, pois seu desenvolvimento, ocorrido em outras condições históricas, não apresentava grandes defasagens entre os setores industrial e agrícola.

No entanto, apesar da fragilidade econômica, a oligarquia açucareira



Luciano Padrão

CANA-DE-ACÚCAR E ESTADO NOVOS ELEMENTOS DE UMA VELHA AMIZADE

José Roberto Pereira Novaes

O Estado protecionista interveio na crise da agroindústria do açúcar e do álcool, com financiamento a juros baixos e outros estímulos, às custas do contribuinte e da sociedade



João Roberto Riper

O controle absoluto sobre o tempo de reprodução dos trabalhadores nas modernas usinas, coloca novos desafios: como mobilizá-los e melhorar suas condições de trabalho?

nordestina preservou seu peso e sua representatividade política no interior do Estado, o que influenciou na forma do crescimento econômico do setor. Os elevados subsídios estatais para o Nordeste estabilizavam a taxa de lucro do setor e viabilizavam, através da socialização das perdas, os lucros dos setores da classe dominante envolvidos com a agroindústria sucro-alcooleira.

Subsídios Estatais — Preservando estas particularidades regionais, o setor apresentava elevados índices expansionistas. A produção de açúcar passou de 24,8 milhões de sacas em 1950/51, para 35,4 milhões em 1954/55, para atingir 53,7 milhões em 1958. O açúcar, com 13 milhões de sacas exportadas constituía-se, naquele ano, no principal produto da pauta de exportações brasileiras.

No entanto, apesar do apadrinhamento do Estado e da expansão a agroindústria do açúcar e do álcool no Brasil, continuava operando com um dos menores índices de produtividade do mundo, exigindo ainda grandes subsídios estatais na venda do açúcar no mercado internacional. Tornou-se urgente, portanto, estimular a modernização do setor para reduzir seus custos, aumentar o poder de competitividade e possibilitar a redução dos subsídios estatais.

No início da década de 60, com a entrada do Brasil no mercado preferencial norte-americano, em virtude do bloqueio a Cuba, o preço do açúcar sofreu elevação, acumulando recursos no Fundo Especial de Exportação. Os usineiros do Nordeste, no entanto, não permitiram que parte destes recursos fosse destinada à modernização da produção: manteve-se a política de subsidiar diferenciais de preço.

Desta forma, na década de 60, a agroindústria do açúcar e do álcool apresentava-se com os mesmos problemas da década de 50: baixa produtividade, atraso tecnológico, baixo poder de competitividade, ação protecionista do Estado, dinâmicas expansionistas diferenciadas entre as regiões Sul/Nordeste, combinando o atrasado/moderno com características regionais.

O Pró-Álcool — Um conjunto de programas voltados para modernização da agroindústria é implantado no início da década de 70. Por exemplo, o Programa da Racionalização da Agroindústria do Açúcar e do Álcool (Planalsúcar). Previa-se a modernização da estrutura produtiva do setor em razão de fusões e incorporações das unidades de produção. Em 72/73/74 elevou-se o preço do açúcar no mercado externo em decorrência de crises conjunturais. Aumentaram os recursos

do Fundo Especial de Exportação e as boas perspectivas do mercado sensibilizaram os usineiros, para que parte destes recursos fossem aplicados na modernização da produção. Dos, na época, Cr\$ 15 bilhões acumulados no Fundo, Cr\$ 8 bilhões foram para a modernização das usinas, Cr\$ 2 bilhões para a construção de terminais marítimos e Cr\$ 5 bilhões para subsidiar o preço do açúcar destinado à exportação (*O Globo*, 27/6/76).

Em dois anos os recursos acumulados foram aplicados, mas, em 1975, com a queda do preço do açúcar no mercado externo, abria-se nova crise no setor, agora contornada pelos recursos aplicados do Programa Nacional do Álcool: o Pro-Álcool. Este, mais do que solução para o problema energético em nível nacional, constituiu-se na possibilidade de redenção do setor sucro-alcooleiro. A implantação de destilarias para a produção do álcool levou à ampliação da área produtiva de cana de 619 mil ha para 2 milhões entre 1972 a 1985 em São Paulo, e no Nordeste de 596,2 mil ha para 1,2 milhão no mesmo período. Novos incentivos, financiamentos e juros irrisórios, estímulos à produção, foram, na realidade, mecanismos de políticas públicas, para retirar a agroindústria do açúcar e do álcool da crise às custas da sociedade. Além do uso do dinheiro público, assistiu-se a elevação dos preços do açúcar, álcool e, indiretamente, da própria gasolina no mercado interno. Em 1982, a sociedade brasileira assumiu explicitamente a manutenção dos lucros dos usineiros, quando o IAA adquiriu açúcar ao preço de Cr\$ 1.747/saca (que, somados aos custos de comercialização, chegava a Cr\$ 2.078/saca) e as vendeu no exterior ao preço de Cr\$ 1.573/saca, transferindo para a sociedade um prejuízo de Cr\$ 505/saca exportada.

Entre 70/80, quando já concedia enormes subsídios para a expansão da agroindústria do açúcar e do álcool, o Estado teve ainda que assumir os compromissos financeiros dos usineiros que não pagaram suas dívidas com o próprio Estado e também com os agentes financeiros internacionais. Em 1985, os empréstimos dos usineiros junto a agências internacionais atingiam Cr\$ 576,4 milhões. Deste montante o Estado pagou, por ser avalista, US\$ 211,3 milhões, correspondente a 36% da dívida e os usineiros pagaram apenas US\$ 72 milhões de seus débitos, ou seja, apenas 12,5% (*Gazeta Mercantil*, 14/03/85).

Em 1989, a dívida dos usineiros com o Estado atingia US\$ 1 bilhão no câm-

bio oficial. Os usineiros não pagam as dívidas mesmo diante dos processos judiciais que o IAA tem impetrado na Justiça. São mais de 338 processos de cobrança judicial "em andamento".

E, finalmente, o setor que exigiu grandes subsídios do Estado, que contraiu enorme dívida (que chega a quebrar os bancos estaduais como o de Alagoas), conseguiu implementar transformações nas unidades privadas de produção. Implantou unidades de produção modernas em regiões ditas atrasadas (do Nordeste) e modernizou definitivamente a agroindústria açucareira de outras regiões. Esse processo não foi sem consequências para o mercado de trabalho agrícola.

A moderna agroindústria — Na década de 70/80 modernizou-se setores da agricultura e, particularmente, da cana-de-açúcar, aumentando consideravelmente os índices de produtividade das unidades empresariais que incorporaram mais intensamente o progresso técnico.

A introdução deste na zona canavieira do Nordeste, por exemplo, exige a adoção de um novo discurso e de novas "táticas" para demandar subsídios estatais. No plano econômico, com a modernização das atividades agrícolas da cana do Nordeste, houve uma certa equiparação nos níveis de produtividade entre certas usinas do Nordeste com a de outras usinas localizadas em áreas de elevados índices de produtividade no Sul do país. As "médias estatísticas" de produtividade no Nordeste continuam mascarando os índices de produtividade de empresas modernizadas da região. Os usineiros do Nordeste tentam mascarar os índices reais da produtividade. No entanto, o discurso da "crise" para empresas visivelmente poderosas deixa de ser convincente, os conceitos de moderno/atrulado começam a perder sua dimensão regional, marcando diferenças intra-regionais.

A medida que no Nordeste se implantam unidades de produção modernas, a política de subsídios tende a se redirecionar para compensar os impasses inovadores, porém não beneficia necessariamente "os atrasados" que também já não têm a mesma força política no aparelho do Estado para manter seus privilégios. Colocase, então, em discussão o papel do IAA e a intervenção do Estado no setor, reabrindo a questão da "privatização da economia", mesmo que, por outro lado, paradoxalmente se contorne as pressões relacionadas às dívidas dos usineiros. Esta redefinição

do papel do Estado no setor recoloca em evidência a racionalização da produção em direção a elevados índices de produtividade.

Ao que se pode observar, a evidente modernização da agroindústria canavieira não resultou em melhorias de condições de vida e de trabalho para os trabalhadores da parte agrícola da cana. A mecanização de etapas de produção, a sazonalidade inerente à produção agrícola, o uso de diferentes tipos de contrato de trabalho diminuem o poder de barganha e de união dos canavieiros.

A segmentação da força de trabalho evidencia-se na forma de contratação da mão-de-obra, pelo controle na produção por idade, sexo e formas de pagamento e se reflete nas dificuldades de organização dos assalariados no campo.

As usinas investem em melhorias de condições de alojamento para trabalhadores temporários em vilas operárias e, durante o período do corte, dão preferência ao trabalhador proveniente de regiões mais distantes que more no interior das usinas por longo tempo. Por outro lado, para os trabalhos especializados (operadores de máquinas, motoristas, aplicadores de herbicidas etc.), utilizam-se dos serviços de trabalhadores residentes na propriedade. Esse controle absoluto sobre o tempo de reprodução dos trabalhadores,

que lembra a antiga "morada" ou "colônia", coloca novos desafios para o movimento sindical. Como mobilizar estes trabalhadores "imobilizados" no interior de modernas usinas? Como melhorar as condições da categoria no mercado de trabalho se o mesmo Estado, que financiou a modernização do setor, não fiscaliza a superexploração da mão-de-obra?

Na realidade, o Estado privilegiou setores das classes dominantes através de financiamentos e subsídios, perdoou a dívida e pagou débitos no exterior. Enfim, foi alavanca de acumulação no campo. No entanto, não foi capaz de garantir minimamente as condições de reprodução da força de trabalho explorada pelo setor. Não há contrapartida para usineiros e donos de destilarias que se beneficiaram do dinheiro público para seus negócios privados.

Cabe hoje, portanto, aos sindicatos, avaliar a situação da categoria no mercado de trabalho e preparar encaminhamentos eficazes para reverter a atual situação, onde é visível a deterioração das condições de vida e de trabalho dos canavieiros de diferentes regiões do país.

O açúcar e o álcool sempre exigiram pesados subsídios

José Roberto Pereira Novaes é economista e assessor do Programa "Movimento Campônes/Igrejas" do CEDI.



Luciano Padrão

A LUTA DOS CANAVIEIROS

Entrevista a Francisco José da Costa Alves



As campanhas salariais dos canavieiros de Pernambuco completam dez anos. Em 1979, o chamado "modelo Pernambuco", tornava possível, em plena vigência do Estado autoritário, uma utilização criativa da Lei de Greve (Lei 4.330) da antiga Constituição Federal. Fugindo dos dissídios coletivos habituais, que aconteciam à revelia dos próprios trabalhadores interessados, as campanhas salariais dos canavieiros faziam-se com mobilização e com a "greve legal", utilizada como instrumento de pressão, durante o julgamento do dissídio pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Nos anos seguintes, revela-se cada vez mais vulnerável às estratégias patronais, porque a coordenação da Contag e das federações não se faz de forma a exigir avanço significativo dos sindicatos em termos de organizações de base.

Esta entrevista foi realizada em novembro de 1988, logo após a campanha salarial no Nordeste, quando Hélio Alves fazia parte da diretoria da Contag, da Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetaesp) e era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, (SP). Hoje, ele é presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e da recém-fundada Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp).

TP— Qual a avaliação que você faz da greve dos canavieiros de 1988 no Nordeste?

Hélio — Um dos problemas que senti na campanha salarial do Nordeste, é que os companheiros não estão entendendo as alterações na estrutura de produção da cana na própria região. Eu não senti este tipo de avaliação pelos sindicatos. Lá você tem uma proposta de que a greve tem de ser feita. Tem casos em que a federação desce para fazer a greve e substitui a ação sindical; quando vira as costas, a situação fica complicada. Há outros em que a Contag desce num Estado e coloca a proposta de greve, força a barra e a greve sai, mas a direção da Contag e a assessoria não pode substituir o sindicato.

Isso coloca algumas situações: uma delas, é que não deixa claro o conflito de classes dentro do município, não checa a ação do dirigente local. Ou seja, o dirigente local fica livre para fazer acordos políticos com o patrão e ele jamais vai entrar em contradição com o patrão, porque foi a Contag que foi lá fazer greve, ou foi a federação que foi lá fazer a greve. Os trabalhadores também têm dificuldades de enxergar o sindicato como um instrumento de luta. Eles enxergam a Contag: ela é que foi lá fazer a greve. Mas essa atuação é temporária, passa e vai embora.

Acho que a campanha salarial do Nordeste teve um momento muito importante, mas precisa melhorar, mudar em muita coisa. É importante a presença da Contag, mas quem tem que fazer a greve são os trabalhadores, são os sindicatos do Nordeste; quem deve ter a capacidade de ordenar as negociações trabalhistas são as federações.

A Contag tem que apoiar, estar junto com os companheiros, mas não substituir a ação dos sindicatos nem das federações. Se for para substituir os sindicatos, então vamos transformar a Contag em sindicato nacional, ou a federação em sindicato estadual. Vamos entender que se precisa ter organização de base capaz de levar a luta dos trabalhadores. As organizações de base são os sindicatos, são as delegacias sindicais. Se isso não está organizado, não está funcionando, você pode até conquistar as tuas reivindicações no papel, mas elas não vão chegar ao trabalhador.

No Nordeste, principalmente em Alagoas, vi trabalhador recebendo metade do piso determinado na convenção, pois ele não sabia o que estava escrito na convenção.

Uma outra coisa interessante. Eu posso estar até enganado, mas na perspectiva da luta de classe, o Pernambuco já não é hoje o Estado mais importante da zona canavieira do Nordeste. Me parece que hoje é Alagoas, tanto do ponto de vista econômico, quanto do número de trabalhadores. Então, nós temos que investir na veia do patrão, onde corre mais sangue.

É essa avaliação que precisa ser feita no Nordeste; porque o patrão muda. Nós não podemos ficar encaminhando um movimento com as mesmas avaliações e critérios de cinco ou seis anos atrás, ou até dez. Nesse período não mudou nada? É preciso acompanhar a evolução. É preciso ter resposta para o momento. Não adianta ficar repetindo os mesmos métodos, as mesmas falhas. Nós temos que adequar o movimento às necessidades apresentadas no momento.

Existem alguns problemas: primeiro, essa avaliação não é feita. A avaliação tem sido a seguinte: "O que vamos reivindicar?" e "Vamos fazer uma greve para conseguir!". A questão é o que vamos reivindicar. Até que ponto os trabalhadores estão identificados com essa pauta de reivindicação? Qual foi o processo utilizado no levantamento desta pauta? Esse processo compromete o trabalhador com as suas reivindicações ou não compromete? Isso precisa ser avaliado. Os trabalhadores vão na assembleia do seu sindi-

cato fazer o quê? Vão aprovar uma greve como? Em que condições? Que tipo de organização o sindicato tem para decretar uma greve? Ou será que ele vai aprovar uma greve e esperar que alguém venha fazê-la por ele?

Em segundo lugar, tem que analisar também a questão do trabalho da federação e da própria Contag substituindo a ação do sindicato. Ou seja, a federação e a Contag fazendo um papel que não lhes cabe. Eu defendo que a Contag deva estar presente nas lutas. Acho, para não ser mal interpretado, que as direções das federações e a assessoria do movimento sindical devem estar presentes nas lutas. Agora, é preciso compreender com que papel. Não pode ser substituindo a liderança de base. Se substitui a liderança de base, voltando de ano em ano, e saindo da base, tudo aquilo que é feito, é feito à-toa, não tem nenhum resultado prático, pois o trabalhador na base vai continuar sendo massacrado pelo patrão. A luta de classes não se dá só no mês da campanha salarial, no dia da greve. Ela está é no dia-a-dia, a cada minuto. É na hora que o caboclinho está metendo o facão na cana e o fiscal está chegando e falando que o toco está alto e ele não vai pagar aquela cana que ele cortou. A luta de classes se dá a todo instante; ou o trabalhador está preparado para enfrentar isso ou ele perde todos os dias.

Para mim, um movimento pode parecer representativo, mas se ele não tiver organização, se não tiver um saldo de organização capaz de fazer com que o trabalhador saia fortalecido, vitorioso na luta de classes do dia-a-dia, o movimento não está servindo para muita coisa. Porque em assinar papel e depois descumprir os patrões são mestres. Além do mais, isso pode começar a gerar uma perda de crédito do movimento sindical.

Nesse ano já tivemos experiências interessantes no Nordeste, que poderiam ser avaliadas pelo movimento. Os patrões de Pernambuco, onde o movimento era mais forte, se recusaram a ir para negociação. Todos os outros Estados viam Pernambuco como um referencial e não o tiveram. Isso foi por acaso? Nos Estados em que tive contato, os patrões defenderam a tese de que o que estava na Constituição não iriam nem discutir. Não iam discutir porque não iam cumprir. Isso foi por acaso? Isso não demonstra uma organização da classe patronal na região? E nós vamos ficar preocupados se Pernambuco fez a melhor greve, se a Paraíba deixou de fazer, se Rio Grande do Norte não fez, se Alagoas também não fez, se Sergipe está fraquinho, isso ou aquilo? Acho que não é por aí! Nenhum Estado é Pernambuco.

A questão é ver como aglutinar, como organizar os trabalhadores em toda a região para enfrentar uma classe patronal que, na minha avaliação, não está só em Pernambuco. Se o movimento deixou de ser forte em Pernambuco, deixou de ser representativo para as outras regiões. O coração da cana no Nordeste não é mais Pernambuco.

A greve de Pernambuco é um grande movimento, mas que corre o risco de ficar na periferia; periferia do patrão, não entrou na cozinha do patrão. Então, o patrão não se sente pressionado.

TP - É verdade que na greve deste ano os patrões colocabam, como condição para negociar, o aumento do preço da cana?

Hélio - É verdade. No nosso regime é muito comum a greve dos trabalhadores ser usada para os interesses do patrão. O patrão tem tudo para fazer com que o movimento dos trabalhadores reverta em seu próprio benefício. Tanto é verdade que, se não fosse assim, a greve seria crime no regime capitalista. A greve não beneficia apenas os trabalhadores, ela interessa, em alguns casos, ao patrão.

A Contag não deve substituir os sindicatos e federações, papel das organizações de bases, para levar a luta dos trabalhadores rurais

Essa é uma questão que o movimento sindical precisa discutir melhor. É um equívoco pensar que a greve só é do interesse do trabalhador. Agora, no Nordeste, a coisa é mais flagrante. Por essa falta de avaliação da conjuntura, os patrões conseguem arrancar da greve algumas vantagens. Apesar dos problemas e da pressão, eles conseguem colocar, com a greve, um bocado de gente correndo atrás para eles obterem um aumento.

Os patrões ainda colocam uma condição: "Eu só dou reajuste, se o governo me der um aumento". Só que, depois, ele não cumpre a convenção, não paga o reajuste e fica com o aumento dado pelo governo. Mesmo que o governo dê um aumento para os caras e os trabalhadores consigam um reajuste, o patrão foi favorecido. Depois, eles não cumprem a convenção e o acordo, e ganham duas vezes.

TP — Vamos supor que eles cumprissem o acordo, você não acha estranho, para os trabalhadores, que se aceite esse tipo de condição?

Hélio — Eu acho vergonhoso a gente ter que promover uma luta sindical, trabalhar e ter que aceitar esta condição. Mesmo que você, internamente no movimento, não aceite essa condição, essa imagem pode ser passada para a sociedade. O que passa é mais ou menos assim: "Os fornecedores fugiram da mesa de negociação porque dizem que só vão dar aumento para os trabalhadores se o governo subir o preço". Aí a população diz: "Tá vendo! Vem ferro em nós! Os trabalhadores ficam fazendo greve, agora vai subir o preço!" Quer dizer, a gente começa criando antipatia e parece que a gente está fazendo greve para beneficiar o patrão. Então, mesmo que você, no seu íntimo, não admite isso, essa é a imagem que passa. É a imagem que eu já vi em outras greves. Por exemplo, no setor de transportes coletivos, o que o patrão queria mesmo era subir a tarifa. Ele propõe uma greve, o sindicato topa e quem leva ferro é a população.

Eu acho que nesse tipo de greve você não ameaça o lucro do patrão ou distribui melhor o bolo. Você promove o aumento do lucro dele.

Francisco da Costa Alves é pesquisador da Universidade Federal de São Carlos.



Luciano Padrão

DESENCONTROS POLÍTICOS DA IGREJA CATÓLICA NO CAMPO

Na questão agrária, os bispos apoiaram o golpe militar, porque na relação com os problemas do campo havia uma forte identificação entre eles, os militares e o Estado centralizado e conservador

José de Souza Martins

O que tem mudado na atuação da Igreja Católica em relação à questão agrária e em relação às lutas sociais no campo? Depende do período de tempo que se toma como referência. Se esse período corresponde aos últimos quarenta anos, certamente foram muitas e profundas as mudanças. Se tomamos como referência apenas a escala de tempo dos militantes católicos recentes, as mudanças têm sido poucas e sinais de retrocesso podem ser indicados. Penso que uma combinação das duas escalas de tempo oferece a perspectiva melhor para que possamos compreender avanços

corajosos e, ao mesmo tempo, desanimadores desencontros.

A Igreja Católica não se converteu repentinamente à causa do trabalhador rural. Quero lembrar o importante trabalho que a Pia Sociedade Missionária de São Carlos, fundada pelo bispo de Piacenza, d. Scalabrin, desenvolveu e ainda desenvolve, em nosso país, inicialmente entre trabalhadores rurais de origem italiana. Os carlistas têm-se dedicado há décadas a uma atividade missionária especificamente orientada para os imigrantes, inicialmente, e para os migrantes depois. Ainda que fosse nas primeiras décadas missão sacramental, foi, também, meio de produzir a idéia de "italianidade", entre os trabalhadores, particularmente os pequenos agricultores do Sul do país e os colonos das fazendas de café. A "italianidade" era uma forma de consciência que dava ao trabalhador imigrante a referência de uma pátria mítica de origem, capaz de apoiar a sua luta por uma vida digna na pátria de adoção. Evidentemente, hoje seria uma pastoral ultrapassada e, certamente, equivocada. Hoje, porém, o trabalho dos carlistas tem outra orientação, atualizada.

Foi em setembro de 1950 que surgiu o primeiro documento revelador de uma nova orientação na Igreja Católica — a carta pastoral de d. Inocêncio, bispo de Campanha (MG). Resultou de uma reunião de fazendeiros com o clero, preocupados com a possibilidade de uma reforma agrária em relação à qual os católicos pudessem aparecer

em oposição, abrindo espaço para a ação dos comunistas. Os católicos estavam certamente informados do lançamento do Manifesto de Agosto, dez dias antes, pelo partido Comunista do Brasil, que preconizava uma reforma agrária radical no país. Até 1964, a atuação católica no campo seria marcada pela disputa com os comunistas (e vice-versa). Católicos e comunistas, cada grupo de seu lado, empenharam-se em mobilizar e organizar os trabalhadores rurais em associações e entidades para-sindicais. Estava em jogo uma ampla disputa pelas futuras organizações sindicais, que seriam fatalmente criadas e legalizadas como decorrência dos conflitos no meio rural, sobretudo após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962, os católicos tentaram organizar o maior número possível de sindicatos e federações, ao mesmo tempo em que se empenharam em manter o controle das novas entidades. Os comunistas já vinham atuando através de uma organização para-sindical, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que na base opera através de associações locais, uma espécie de protótipo do sindicato e, particularmente, da futura confederação sindical. Tanto os comunistas quanto os católicos tentaram, em diferentes ocasiões, organizar federações de trabalhadores sem a participação do outro grupo. O problema só se resolveu quando católicos e comunistas, no início de 1964, poucos meses antes do golpe militar, decidiram organizar conjuntamente uma Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag, usando para isso a organização já montada da Ultab.

Reforma e golpe — Isso não quer dizer que a hierarquia tivesse se envolvido diretamente no acordo sindical e político realizado. Porém, na mesma época, há sinais de mudanças no conjunto da orientação católica em relação à questão agrária. Os bispos, até



Douglas Mansur

1963, se opuseram a que a reforma agrária fosse feita em desacordo com o texto da Constituição de 1946, que permitia a reforma desde que os proprietários fossem indenizados e a indenização fosse prévia, justa e em dinheiro. Os custos acarretados pelo dispositivo constitucional inviabilizavam a reforma, ao mesmo tempo em que as tensões sociais cresciam rapidamente no campo. Não só as Ligas Camponesas surgiram em 1955, no Nordeste, como se expandiram, inclusive para outras regiões, como o Rio de Janeiro. Convém lembrar que as Ligas muito depressa deixaram de ter apoio consequente do Partido Comunista, que passou a atuar no sentido de uma organização sindical, que na prática invadia o trabalho e o território das Ligas, e as esvaziava. Além disso, o partido apoiou e envolveu-se em casos de lutas mais avançadas, como a guerrilha de Porecatu, em 1950, no Paraná, e o leste camponês do Sudoeste do Paraná, em 1957, quando foram tomadas as prefeituras e presas as autoridades de vários municípios da região, com a consequente organização de governos populares. Envolveu-se, também, na resistência dos posseiros da chamada "república" de Trombas e Formoso, em Goiás, quando os camponeses tomaram e fecharam a área, criando uma espécie de governo popular, resistência que durou de 1948 a 1970.

Em 1963, a Conferência Episcopal reformulou e ampliou o conceito de "bem comum". Em nome desse princípio, passou a aceitar a reforma agrária com base na indenização em títulos do governo aos proprietários desapropriados. Mas, ao mesmo tempo, opunha-se ao presidente constitucional, João Goulart. Este, nesse momento, para forçar uma decisão do Congresso Nacional em favor das chamadas reformas sociais de base, começou a fazer desapropriações de terras para realizar a reforma, criando uma situação de fato consumado para que os parlamentares resolvesssem. O impasse teve consequências conhecidas — o golpe militar de 1964.

Foi em nome do mesmo princípio e da necessidade de resolver a questão agrária, que os bispos apoiaram o golpe militar. Entre militares e bispos havia, historicamente, um ponto em comum na relação com os problemas do campo. Ambos os grupos vinham da forte identificação com o poder central e o Estado centralizado de orientação conservadora, em oposição à tradição liberal e descentralizadora, federalista, das oligarquias rurais. Para todos, inclusive para as oligarquias poli-

Em 64, a hierarquia católica apoiou os militares na esperança de que o novo regime imporia a reforma agrária de cima para baixo, como de fato acabou acontecendo

ticas, era claro que só havia dois caminhos para as grandes transformações sociais que o campo reclamava — a revolução de baixo para cima ou a reforma de cima para baixo. O golpe foi dado, com o apoio das oligarquias, aliás, para evitar a revolução, que se acreditava estar sendo gestada entre os trabalhadores rurais pela ação do Partido Comunista e pela ação das Ligas Camponesas. A tradição centralizadora do Estado autoritário, que vem desde que a República foi proclamada por meio de um golpe militar, não é avessa às reformas sociais. Os governos autoritários neste país, têm sido desenvolvimentistas e modernizadores, ainda que repressivos. Mas, ao mesmo tempo, têm imposto às oligarquias políticas reformas sociais importantes que, no mínimo, ampliam os direitos sociais e o espaço da reivindicação popular. Foi assim com Getúlio Vargas, cujo governo reconheceu os direitos trabalhistas e a organização sindical da classe operária, criou o Ministério do Trabalho e promulgou uma Consolidação das Leis do Trabalho.

O apoio da hierarquia católica aos militares, em 1964, era orientado pela esperança de que o novo regime, liberto das peias oligárquicas do Congresso Nacional, que o golpe garroteara e cerceara pela cassação de mandatos de deputados (aliás, progressistas, identificados com as reformas de Goulart), imporia a reforma de cima para baixo, como de fato acabou acontecendo. Tanto num caso quanto no outro, esteve em jogo a idéia de que é preciso fazer a revolução antes que o povo a faça. Essa tem sido uma face clara do Estado brasileiro desde o Império, como evidenciou o modo como se deu a abolição da escravidão negra.

Após o golpe, os militares impuseram ao Congresso a reformulação do artigo da Constituição que impedia a reforma agrária, introduzindo a indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis a longo prazo. Em 1969, um ato institucional suprimiu o princípio constitucional de que a indeniza-

ção dos proprietários deveria ser prévia para que o governo se imitasse na posse das terras desapropriadas para assentamento de trabalhadores rurais. O governo tomaria posse das terras e discutiria o preço depois.

Bispos e militares — Ao mesmo tempo, porém, os militares encaminharam um acordo político com as oligarquias, promovendo um pacto entre o grande capital e a grande propriedade, através da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Por esse meio, os grandes empresários, das áreas mais desenvolvidas do país, foram estimulados a se transformar em grandes proprietários de terras, recebendo, como compensação pela eventual imobilização improdutiva de capital na aquisição de terras, os chamados incentivos fiscais. Com isso, 75% do capital das empresas, particularmente agropecuárias, criadas com os incentivos, constituíam doação do governo, imposto de renda não pago. A reforma agrária da ditadura esteve subordinada a uma política de rápida expansão do capital como proprietário de terra, criando tensões e conflitos graves tanto com trabalhadores rurais quanto com populações indígenas. No caso dos primeiros, a reforma se faria apenas nas áreas em que as tensões pudessem se transformar em risco para a segurança nacional.* Essa é a razão pela qual, a partir de 1980, começa o direto envolvimento dos militares na questão, com a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), e, posteriormente, com a criação do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, na prática subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. Basicamente, a reforma foi inteiramente absorvida por uma estratégia de guerra e de constrainturgência.

Se bispos e militares convergiam na concepção de uma reforma agrária realizada pelo Estado autoritário e centralizado, como forma de evitar a convulsão social e o desencadeamento de

Cerca de 75% do capital das empresas agropecuárias foram gerados com os incentivos fiscais, constituindo-se em doação do governo e imposto de renda não pago

Os bispos tinham claro que não eram os comunistas que mobilizavam a população rural, mas sim a miséria, a semi-servidão e os chefes políticos do interior

um processo político fora do controle das instituições tradicionais do poder, e do pacto político em que se apoiavam, divergiam nos objetivos da reforma. Os militares queriam resolver um problema de segurança nacional. Os bispos queriam viabilizar um programa de promoção humana, embora orientado, em última instância, para o favorecimento da estabilidade social e política. No início, ao menos, os militares entenderam que podiam incluir os bispos como instrumento de uma política de contrainsurgência. Mas, desde os anos 50 já estava claro para os bispos que não eram os comunistas que mobilizavam politicamente as populações do campo — era a própria miséria, a falta de direitos, a semi-servidão de milhões de pessoas submetidas ao mando e à dominação dos chefes políticos do interior.

Já no final dos anos 60, a estratégia dos bispos das áreas mais tensas, onde maior era a violência do latifúndio, foi a de canalizar as tensões e conflitos dos trabalhadores rurais de suas dioceses para a exigência de aplicação da lei, o Estatuto da Terra dos militares. Além de estimular a sindicalização dos trabalhadores, com base na legislação de 1962. Essa continua sendo a linha de atuação da Igreja Católica. O Estatuto não deveria ser uma regra a

ser aplicada apenas nos casos de conflito grave, mas deveria ser a regra geral e universal, que condenasse o latifúndio em seu conjunto e viabilizasse a reforma social no campo.

O próprio direito existente passou a funcionar como detonador de consciência dos direitos. Essa, aliás, fora a frutífera orientação das Ligas Camponesas, levando rapidamente à mobilização de milhares de trabalhadores rurais ameaçados de expulsão da terra. Num país em que as leis são produzidas na escassa legitimidade das ditaduras ou dos governos gerados pelo clientelismo político, acabam produzindo um vazio de interpretação e ação entre o legalmente estabelecido e o legitimamente necessitado. Na medida em que os trabalhadores rurais não têm tido condições de expor e fazer valer sua concepção de legitimidade no processo político regular, acabam traduzindo o legal no âmbito daquilo que consideram legítimo. O desencontro entre o povo e o governo se manifesta aí claramente.

Contradição fundamental — Foi essa situação que lançou a Igreja contra sua própria tradição de identificação com o Estado centralizado e autoritário. Em nome da lei (e do Estado), a Igreja se viu transformada em canal de expressão das necessidades radicais reveladas pelo desencontro entre a lei e seu cumprimento. Nesse caso, a Igreja se viu, nestes últimos anos, particularmente, absorvida por demandas da sociedade civil, opostas aos projetos do Estado. Ao mergulhar nas questões sociais e, particularmente, na questão agrária, em nome da concepção de que é preciso fazer a revolução antes que o povo a faça, viu-se emergindo do outro lado, em oposição àquele em que se situa o Estado.

Esse quadro é o ponto de referência para entender eventuais mudanças na conduta da Igreja em relação à questão agrária.

O favorecimento da luta pela terra, por parte da Igreja, decorrente do fracasso da proposta oficial de reforma agrária, ampliou enormemente a mobilização dos trabalhadores rurais nas áreas de tensão e mais claramente camponesas. Certamente, sua contribuição foi fundamental para fazer com que fosse maior do que o esperado o número de trabalhadores conscientes que

compõem hoje os cerca de 8 milhões de trabalhadores sindicalizados do país.

Partidos e sindicatos têm se nutrido amplamente do esforço realizado pela Igreja na sensibilização, mobilização e organização dos trabalhadores rurais. Justamente aí residem os problemas. Já a partir de 1971, começa a se definir, na orientação de diversos bispos, uma pastoral de convivência com os movimentos sociais. Num certo sentido, os bispos abriram mão de dar às reivindicações sociais uma direção católica. Preferiram orientar-se por uma conduta que chamam de *suplência*, de reforço e de apoio aos trabalhadores em conflito com os grandes proprietários e aos índios ameaçados ou vitimados pela invasão de seus territórios. Isso quer dizer que, nos dois casos, foi feita uma opção pela preservação da identidade desses sujeitos coletivos — grupos indígenas e camponeses. Essa opção tem várias consequências políticas, de grande importância. No caso das populações indígenas, a nova pastoral se orienta, no final, pelo reconhecimento da autonomia dos povos indígenas, no limite, até mesmo em relação à instituição da Igreja Católica. A missão já não é a de catolicizar o índio, mas a de catolicizar o católico em relação ao índio, seja ele leigo (como no caso da Operação Anchieta), seja ele padre, religiosa ou bispo (no caso do Conselho Indigenista Missionário). No caso das populações camponesas, a nova pastoral se orienta pela autonomia dos trabalhadores em relação à Igreja em suas opções políticas, estratégicas e táticas. Foi na sua Assembléia de 1980 que os bispos reconheceram a legitimidade de um direito alternativo de propriedade fundado no trabalho — o direito à terra por parte de quem na terra trabalha. Em ambos os casos, a Igreja tem-se proposto como serviço, como instrumento pastoral.

Essa atitude de suplência, abriu campo para que esse espaço passasse a ser disputado e ocupado pelas organizações — sindicatos e partidos, legais ou não, mas não só. Tanto essas organizações quanto a Igreja, como instituição, tiveram dificuldades para entender que, além delas, estavam em jogo os movimentos sociais. Essa incompreensão estimulou o aparelhamento das organizações, para as quais os movimentos sociais devem necessariamente ser absorvidos e suplantados pela organização sindical e pela organização partidária. O resultado tem sido, nestes últimos cinco anos, o aparecimento de vários conflitos no interior do trabalho pastoral, freqüentemente os



Douglas Mansur

militantes hostilizando os bispos, na reivindicação de espaços maiores e, sobretudo, de uma Igreja que se torne instrumento da organização, em última instância, do partido político. Ora, aí, os espaços são incompatíveis. A começar pelo fato de que a política é leiga e profana. Instrumentalizar a instituição religiosa significa a tentativa de sobrepor orientações, introduzir mecanismos de decisão estranhos à instituição e seu destino, e introduzir usos estranhos e incompatíveis de seus ritos e símbolos. Essa tendência de *laissez a religião* tem sido mais forte do que a tendência oposta de *sacralizar a política*. Os militantes não estão conseguindo entender a importância do enriquecimento simbólico e ritual do processo político que resultou do fato dos trabalhadores ganharem a Igreja para sua causa. A presença da Igreja no processo político encheu de cores e de vitalidade uma prática política ascética, impregnada de racionalismo burguês, como é a prática política das nossas esquerdas. Introduziu os elementos da emoção nesse reduto da razão burguesa que é a política.

Direção oposta — Esse desafio tem levado ao recuo em relação à situação anterior. Trata-se, sobretudo, de um recuo das organizações políticas, que entraram em conflito com aquilo que há de mais vital no processo histórico, neste momento e neste país, que é o movimento social. *Recuo que aparece falsamente como recuo de bispos, que na verdade não estão recuando, mas demarcando claramente até onde podem ir enquanto agentes religiosos*. Claro que estão demarcando, também, até onde podem ir os militantes políticos quando começam a avançar sobre o terreno da instituição religiosa, enquanto terreno religioso. Nestes últimos cinco anos, após o fim da ditadura, as organizações políticas, inclusive as de esquerda, já não se orientam pelo fortalecimento da sociedade civil, mas vão na direção contrária, a do fortalecimento e conquista do Estado. Direção oposta àquela em que foi lançada a Igreja, no processo já descrito. Essa tendência compromete a pastoral da suplência e o espaço que os trabalhadores rurais conquistaram dentro da Igreja, seja no magistério da palavra, seja na formulação de conceitos e idéias, hoje impregnados pela presença desses que foram há muito excluídos ou, ao menos, marginalizados do pensamento católico, enquanto referência na produção do saber religioso. (e, por implicação, político!). De modo algum favorece o crescimento e o ama-

A estratégia dos bispos foi a de canalizar os conflitos dos trabalhadores rurais de suas dioceses, para a exigência do cumprimento da lei — o Estatuto da Terra dos militares



durecimento das lutas populares, pois são lutas que deixam de ser lutas para efetivação de uma legitimidade que amplia e redefine a legalidade existente, aliás, reduzida, no que se refere à questão agrária com a inauguração do novo regime em 1985.

Setores da Igreja cometem o equívoco de tentar retornar ao compromisso com o Estado, concebido como demiurgo da História e das transformações sociais, com a mudança do regime em 1985 e quando do pacto político de 1984. Entraram no mesmo jogo, ainda que por razões distintas, dos grupos de esquerda que, a pretexto de apoiar a reforma agrária, julgaram que o caminho mais correto seria o de seus membros ocuparem funções públicas no âmbito do governo. Esqueceram-se todos de que o novo regime político representa um retorno das oligarquias ao poder, senhoras que sempre foram do discurso liberal, modernizadas e renovadas, nutridas por novas alianças com o capital e economicamente fortalecidas pela política de incentivos fiscais. Este discurso aliás, hegemonizou a fala e o pensamento das oposições à ditadura militar, enganando a todos. Por isso, caíram todos na armadilha de privilegiar, ainda que a contragosto, a idéia estapafúrdia de "latifúndio produtivo" como idéia reguladora de reforma agrária possível. Deixaram de opor a essa idéia conceções, conceitos e interpretações nascidas da prática dos próprios trabalhadores rurais. O problema era e é, porém, de natureza política, antes de mais na-

da. E não de natureza econômica. O resultado foi o amplo recuo da legalidade já limitada que a ditadura militar produzira em relação à reforma agrária. De fato, os grandes proprietários foram hábeis. Compreenderam que a legalidade é um marco fundamental da luta dos trabalhadores pela terra e que ela justamente estabelecia a amplitude do radicalismo agrário. Reduzido em suas possibilidades, este procura saída pelo corporativismo e pela tentativa de se apropriar de espaços que não são os da luta pela terra, como os do campo religioso propriamente dito, de onde tem vindo apoio, mas onde a luta não se dá.

O segundo terreno da pastoral de suplência, por meio da qual a Igreja nutriu a esperança dos movimentos sociais no campo transforma-se, neste momento, no terreno da incerteza e do desencontro, porque na verdade as organizações, como os sindicatos e os partidos, estão num impasse no que se refere à questão agrária. Minaram seu próprio terreno ao se lançarem na aventura do compromisso com o novo Estado oligárquico, que ao transformá-los em agentes do poder do Estado destruiu-lhes a condição de agentes do poder popular gestado pelos movimentos sociais.

José de Souza Martins é professor de Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Autor, entre outros, dos livros *Expropriação e Violência* (Hucitec), *A Militarização da Questão Agrária no Brasil* (Vozes) e *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"* (Hucitec).

ECUMENISMO, SOLIDARIEDADE E ESPERANÇA

7º INTERECLESIAL DAS CEBs

O 7º Encontro das CEBs reuniu mais de 2 mil participantes, de 25 países, em sua maioria latino-americanos. Foi uma oportunidade para os cristãos que vivem diferentes realidades compartilharem suas caminhadas de fé, esperança e solidariedade

Claudio de Oliveira Ribeiro

*"Estamos aqui, Senhor,
vemos de todo lugar,
trazendo um pouco do que somos
para nossa fé partilhar"*
Canção da Chegada
(Flávio Irala-Valdomiro de Oliveira)

Foram muitas as emoções. Muitos os momentos em que o coração bateu mais forte e a pele se tornou mais quente. Muita coisa despertou a atenção. Afinal, éramos quase 2 mil participantes, além dos oitocentos das equipes de serviço, não contando as mais de mil famílias que hospedaram com carinho os delegados do 7º Intereclesial das CEBs na Baixada Fluminense (RJ). Cada um com sua experiência, sua vivência, seu modo de agir e de pensar.

Para descrever este encontro, seriam necessários mais de 3 mil textos. Cada qual escrito com suas próprias lembranças, as amizades feitas, o martírio testemunhado, a luta reforçada pelo contato humano.

Um destes escritos tem um significado especial. É a *Carta aberta ao Povo de Deus na América Latina*, aprovada pela assembléia no último dia, e que descreve muito bem o que foi o encontro. É uma carta que traz boas notícias e por isso deve ser lida a todo o povo, especialmente aos que ca-

recem de esperança (veja no encarte desta revista).

As CEBs e o seu tema — O encontro durou cinco dias (10 a 14 de julho), mas na verdade ele já começara muito antes. O seu caráter era celebrativo e de partilha e todo o aprofundamento necessário de sua temática seria feito previamente nas comunidades, nos

encontros diocesanos, interdiocesanos e regionais da Igreja Católica do Brasil.

O tema: *O Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação*, foi refletido em centenas de reuniões e encontros preparatórios, sem contar os estudos realizados pelas diversas comunidades espalhadas pelo Brasil, incluindo igrejas evangélicas.

A partilha de todo esse processo de discussão foi feita no 7º Intereclesial numa dinâmica que reuniu 107 pequenos grupos (com uma média de quinze pessoas em cada). Os relatórios destes grupos foram sintetizados e apresentados em três plenários diferentes. Todo este trabalho foi feito na parte da manhã de cada dia e, à tarde, quando se reunia a assembléia com todos os participantes, era feita uma síntese global.

A temática foi desdobrada em três pontos:

- O rosto latino-americano da Igreja: nos aspectos cultural, histórico e sócio-econômico.
- Igreja e libertação: a questão econômica, política e social; a relação entre militância e mística do Reino.
- A eclesialidade das CEBs, sob o ângulo urbano, rural e também sob o ângulo ecumônico.

A utopia ecumênica brilhando como estrela

*"Estamos aqui, Senhor,
cercando esta mesa comum
trazendo idéias diferentes
mas em Cristo somos um."*

Todos os intereclesiás das CEBs têm sido marcantes pela diversidade (tão



Douglas Mansur

importante e significativa!) de seus participantes. É o lavrador que luta e trabalha no campo, é o operário que traz sua experiência da fábrica, é a dona de casa. E o 7º Encontro, na Baixada Fluminense, não fugiu a esta marca. E ainda foi mais além. Foi um encontro com uma forte dimensão ecumênica. Não só porque reuniu pessoas de outras Igrejas Cristãs mas porque reuniu diversidades da *oikoumene* — o mundo habitado — em torno de objetivos comuns.

A primeira ponta da estrela se revela quando cada um traz sua experiência de vida. E o 7º Intereclesial marcou a presença dos negros, com sua luta. Na terça-feira, dia 11, reuniram-se todos os participantes que abraçaram a causa dos negros para troca de experiências e debate. Nesta oportunidade foi lançado o livro *Negros no Brasil: dados da realidade* editado por Ibase/Vozes.

O 7º Intereclesial marcou também a presença das mulheres. Com participação ativa em todos os níveis do Encontro elas trouxeram suas contribuições, suas críticas, seus posicionamentos. Das quatro pessoas que coordenavam a assembléia, três eram mulheres. Também realizaram uma reunião especial, discutindo a Campanha da Fraternidade de 1990, cujo tema proposto está relacionado à questão da mulher.

Segunda ponta da estrela: a diversidade cultural — O encontro reuniu pessoas de mais de 25 países, em sua maioria da América Latina. Isto proporcionou uma aproximação com o tema que foi além dos estudos. Mais de oitenta participantes de outros países da América Latina tiveram a oportunidade de testemu-

nhar suas realidades contribuindo para que se aumentasse a solidariedade latino-americana e a busca de caminhos de libertação.

No final da semana que antecedeu o 7º Intereclesial (8 e 9 de julho), os participantes que vieram dos outros países latino-americanos se reuniram na cidade de Nova Iguaçu preparando-se para o Encontro. Nesta reunião foram pensados vários pontos e o principal deles é a continuação da integração latino-americana das CEBs.

Este encontro em Nova Iguaçu finalizou com uma grande celebração em solidariedade ao povo latino-americano. Entre muitos cantos, símbolos e palavras, um momento sublime arrancou emoção de muita gente: um norte-americano e um nicaraguense, a convite de d. Mauro Morelli — bispo da diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, que acolheu o 7º Encontro — troaram, sob aplausos de todos, um abraço fraterno e solidário, símbolo do compromisso pela libertação de todos os povos. Seria esta a emoção mais forte?

O 7º Intereclesial também reuniu, em sua diversidade, as diferenças regionais do próprio Brasil. É desafiante poder reunir — e se entender — pessoas do extremo sul brasileiro até Belém do Pará, da sofrida Baixada Fluminense até o sertão de Goiás, do Nordeste a São Paulo.

Brilhou esta segunda ponta da estrela quando os idiomas e cada cultura se entrelaçaram na mesma linguagem: a solidariedade e a libertação latino-americana.

Terceira ponta: a participação dos evangélicos — Participaram do encontro mais de 120 irmãos e irmãs de do-

ze Igrejas Evangélicas e da Igreja Anglicana. Pela primeira vez nos Intereclesiais contou-se com uma expressiva delegação de evangélicos. Ela foi um sinal profético da unidade do Povo de Deus, tão necessária nesta caminhada da libertação do povo latino-americano.

Desde a preparação do encontro houve grande abertura para a participação ecumênica. As equipes de serviços contaram com a contribuição dos evangélicos, assim como a equipe central de preparação do encontro e sua coordenação geral.

No primeiro dia, na celebração da abertura, foi trazido ao altar pelos evangélicos um estandarte com o símbolo do ecumenismo (e do Conselho Mundial de Igrejas). Este símbolo acompanhou as assembléias. Na quarta-feira, dia 12, estava nas mãos de um grupo de evangélicos que cantando seu tradicional hino *Glória, Glória, Aleluia!*, reafirmava seu compromisso com as lutas populares e a predisposição de, ecumenicamente, trabalhar em prol da libertação. Neste mesmo momento da Assembléia, todos cantaram a canção *Momento Novo* e de mãos dadas começaram uma grande roda: “Por isso, vem, entra na roda com a gente também, você é muito importante”. Isso emocionou a muitos. Terá sido esta a mais forte emoção??

Na celebração final o estandarte foi ofertado à Diocese de Duque de Caxias e São João, através das palavras do bispo anglicano, d. Almir dos Santos.

Dos participantes vindos de Igrejas Evangélicas, 43 eram pastores e pastoras, além de cinco bispos. Estiveram reunidos irmãs e irmãos das igrejas: Presbiteriana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Luterana do Brasil (IELB), Anglicana, Assembléia de Deus, Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente, Batista, Pentecostal Santuário da Fé, Evangélica Confissão Reformada, Congregacional, Metodista e Igreja do Nazareno.

A carta aprovada na assembléia sintetizou muito bem a dimensão ecumênica do encontro afirmando que “o sinal do Reino que mais marcou o 7º Encontro foi o passo dado em busca do ecumenismo” e por outro lado a destacou como um dos grandes desafios que brotaram do encontro.

Quarta ponta da estrela: a diversidade étnica — Formando o rosto sofrido latino-americano, estava a presença de mais de trinta participantes de doze povos indígenas. Da mesma forma que a participação de pessoas de outros países latino-americanos ajudou na partilha das grandes questões do tema, os indios puderam repartir de per-



Douglas Mansur

to como a situação em que vivem hoje reflete a política econômica internacional e o processo de evangelização do continente.

Eles trouxeram seus elementos culturais e partilharam nos grupos, nos momentos informais e nos plenários. Em alguns instantes emocionaram os participantes como ficou escrito na carta final: "Ando em busca de um 'bom dia' para dar a meu povo, porque os brancos, que se dizem nobres, o roubaram" (palavras do índio Antônio Celestino, do povo Xakuru-Kariri).

Os representantes das nações indígenas fizeram uma declaração denunciando a Funai de, entre outros fatos, estar militarizada, favorecer a invasão de suas terras e destruir a cultura indígena.

Em todas as suas participações, os índios reconheceram o valor das CEBs e como a vivência comunitária e a solidariedade têm contribuído para que eles reúnam forças e condições objetivas para resistir ao massacre que ainda continua.

Quinta ponta: a presença dos bispos, padres, religiosas e teólogos(as)

— O 7º Intereclesial das CEBs revelou uma presença bem mais harmônica entre o povo das comunidades e os bispos. Em primeiro lugar, destaca-se a participação de 85 bispos, superando os demais intereclesiás. Também uma postura nova do povo transformando o "muro de lamentações" quanto a falta de apoio e engajamento nas lutas por parte de seus bispos e padres — características dos outros encontros — num apelo criativo, questionar misturado a um sério esforço pela conquista de espaço das CEBs na vida da Igreja de um modo geral.

Interessante era observar o quanto diversa era a reunião! Nos momentos de grupos ou plenários, na hora do almoço ou do lanche, como era saudável perceber o operário sofrido, o bispo, o negro marginalizado, o teólogo, a mulher evangélica simples discriminada, a freira com o seu trabalho, o padre com sua missão, o índio, o pastor, "juntos... para que o mundo creia".

Talvez antecipamos em parte uma das músicas cantadas no encontro: "Irá chegar o novo dia

Um novo céu, uma nova terra,
um novo mar
E neste dia os oprimidos numa só voz
A liberdade vão cantar
Na nova terra o negro não vai ter corrente
E o nosso índio vai ser visto como gente
Na nova terra o negro, o índio e
o mulato,
O branco e todos vão comer no mesmo
prato."

O povo canta e celebra a união

*"Trazendo o nosso louvor
um canto de alegria
trazendo a nossa vontade
de ver raiar um novo dia."*

A cada intereclesiás a dimensão celebrativa ganha maior evidência. É o canto, o louvor, os símbolos de fraternidade e compromisso.

Foram dezessete celebrações que trouxeram as mais diversas questões que envolvem o Povo de Deus na América Latina: a partilha, a unidade, a penitência, o louvor, a eucaristia, a vida dos trabalhadores do campo e da cidade, a libertação, a solidariedade. Nos momentos de cânticos, com a alegria própria do povo simples, todos erguiam pequenas bandeiras dos países latino-americanos, confeccionadas especialmente para que a latino-americanidade desse cor exata do louvor das comunidades.

No primeiro dia, a celebração da abertura reviveu os Intereclesiais passados e marcou a solidariedade latino-americana com trocas de presentes e abraços. Marcadamente ecumênica, a celebração teve momentos emocionantes como a introdução solene da Bíblia, entre tochas, flores e crianças evangélicas soltando pombos. Terá sido este, o momento mais forte?

Celebrações nas manhãs e tardes

— Na medida em que o povo chegava, em diversos ônibus, das casas onde estavam hospedados, o trabalho era iniciado em três plenários distintos. E em cada um deles o povo celebrava, dirigido por grupos de cada regional. Eram momentos de louvor e oração.

No primeiro dia, quando se discutiu as questões centrais da América Latina, a oração da manhã foi de "louvor e bênção para o início dos trabalhos". No segundo dia, onde o assunto era "Igreja e Libertação", foi realizado o "louvor dos trabalhadores do campo e da cidade". No terceiro dia, cujo tema era a eclesialidade, a oração da manhã foi de "vocação à unidade". E no último dia, o "louvor pela libertação".

Na terça-feira, dia 13, também à tarde, os regionais Nordeste 4 (Maranhão e Piauí) e Norte 2 (Pará e Amapá) dirigiram o momento de penitência. Ficou na lembrança de todos o ferro sendo batido e torcido simbolizando a opressão e as feridas do povo, mas também as batidas que aprumam o mesmo ferro, sinais dos atos concretos de libertação.

Celebração na Praça do Pacificador — O local era a praça principal de Duque de Caxias. Estavam reunidas mais de 10 mil pessoas, vindas de vários pontos do Estado. Era quarta-feira, dia 12, e entre vários motivos de louvor estavam os oito anos de formação da Diocese de Duque de Caxias e São João do Meriti, local do 7º Encontro. O rosto de pastor, profeta e amigo de d. Mauro Morelli revelava a alegria de todos.

Foi uma celebração ecumênica de partilha, onde a presença do Espírito Santo foi fundamentalmente sentida. Como dizer o que mais emocionou?

Foram lembrados Valmir, Willian e Barroso, operários assassinados pelo Exército em Volta Redonda. Nes-

Participantes do 7º Intereclesial

Delegados(as) dos regionais

Leigos e leigas, exceto os índios.....	861
Padres.....	149
Irmãos(as).....	141
Bispos	85

Delegados(as) evangélicos(as)

Leigos e leigas.....	57
Pastores e pastoras	43
Bispos	5

Delegados(as) Índios(as) e agentes

Índios(as) inscritos(as) através do Cimi.....	23
Índios(as) inscritos através dos Regionais	7
Agentes indígenas	8

Delegados latino-americanos(as)/ estrangeiros(as)

Leigos e leigas.....	46
Padres.....	38
Irmãos(as).....	11

Membros da Equipe Central e da Comissão Ampliada Nacional

Leigos e leigas.....	44
Padres.....	9
Irmãos(as).....	8
Pastores.....	2

Convidados

Brasileiros	69
Estrangeiros	39
Imprensa e Documentação.....	52
Assessores	27
Equipes de Serviços.....	800
Total.....	2.424

sa noite, uma pastora metodista, Rosângela, fez tremer os alicerces da discriminação da mulher ainda presentes na estrutura da Igreja e fez com que todos voltassem para fora de si mesmos e abençoassem o mundo como Deus abençoa nossa caminhada.

Celebração final — Na sexta-feira, dia 14, última celebração. Aquela que reúne a alegria do trabalho realizado e a tristeza da partida. Foi eucarística e contou com a participação dos bispos que no final, saindo do altar, se encontraram em meio aos participantes como foi solicitado em coro dentro do espírito da franqueza evangélica.

Próxima estação: Santa Maria (RS)

"E quando sairmos daqui, nós vamos para voltar na força da esperança e na coragem de lutar".

Como está sugerido em um dos materiais de preparação — *A memória dos Intereclesiais* — e em uma das canções do encontro, corre nos trilhos da fé: o "trem das CEBs".

Assumindo os desafios de abrigar o 8º Intereclesial, a Diocese de Santa Maria (RS) foi escolhida para a próxima parada. Sob a graça e a proteção do Deus Libertador, o encontro se realizará no primeiro quadrimestre de 1992 — ano também da 4ª Conferência dos Bispos Latino-Americanos, a se realizar em Santo Domingo na República Dominicana.

O tema, escolhido pela assembléia dos participantes do 7º Encontro, será "Culturas Oprimidas e Evangelização na América Latina".

Devido a experiência positiva da Comissão Ampliada que preparou o 6º e 7º Encontros, reunindo representantes de todos os regionais, esta terá a sua continuidade.

A Comissão Ampliada tem como tarefa organizar o 8º Intereclesial e entre suas metas estão uma secretaria permanente para contatos e um órgão informativo que ajude a integrar as comunidades.

Para o 8º Encontro, a Comissão Ampliada conta com dois representantes de cada regional, dois representantes da diocese que acolheu o 7º Encontro, quatro representantes da diocese que irá acolher o 8º e mais seu bispo, dois representantes de igrejas evangélicas, outro bispo e um assessor. Na celebração final do encontro esta nova comissão foi apresentada e por ela se pediu a Deus para que

Ele ilumine seus atos, como tem feito até aqui.

Fala-se do próximo encontro, mas ainda estão marcados tantos pontos deste 7º Intereclesial em Caxias, que não foram tratados aqui: a acolhida dos delegados nas casas de família, os diversos painéis abertos realizados para as comunidades da região, as moções de apoio e solidariedade aos freis Leonardo Boff e Carlos Mesters e a d. Paulo Evaristo Arns, as tribunas livres onde o povo expressava sua opinião, os momentos culturais, as cartas enviadas ao Papa e ao Conselho Mundial de Igrejas, o nome dos plenários (a — "Willian, Valmir e Barroso", b — "Índio Marçal", c — "João Cândido" e d — "Mariinha"). Mas certamente estão na lembrança dos que se emocionaram. Estão marcados na pele dos que vibraram com a mais forte emoção — que afinal não sabemos qual é. Certamente, estão presentes nos outros três mil textos escritos na memória de cada um.

Claudio de Oliveira Ribeiro é pastor metodista na Baixada Fluminense. Integra o Programa de Assessoria e Serviço à Baixada Fluminense (Pas-Baixada) e colabora no "Programa de Assessoria à Pastoral" do CEDI.

Douglas Mansur



Douglas Mansur

CEBs EM CLIMA DE REVOLUÇÃO FRANCESA



Douglas Mansur

A fé é o horizonte utópico da política e esta, o meio prioritário de encarnação social do conteúdo da fé

Frei Betto

Na data do bicentenário da Revolução Francesa encerrou-se em Duque de Caxias o 7º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base. Durante cinco dias, dois mil participantes vindos de todo o Brasil debateram o tema "Povo de Deus a caminho da libertação da América Latina". Representações de dezoito países do continente se fizeram presentes. Entre lavradores e operários, noventa bispos brasileiros misturaram-se ao povão das CEBs, inclusive d. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, e o cardeal Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo.

Poucos eventos no Brasil compararam-se a este como vivência do lema da Revolução Francesa. Havia completa *liberdade*: nos grupos e plenários, leigos sequiosos de uma Igreja mais evangélica questionavam teólogos, padres e bispos. A "fila do povo" conduzia à tribuna livre o índio que descrevia o

drama de seu povo, a religiosa negra que narrava a discriminação que sofre e o poeta popular que, em versos, cantava a esperança na próxima eleição presidencial. A *igualdade* transparecia no direito de todos falarem, na participação dos leigos nas celebrações litúrgicas e na filas onde prelados e lascados aguardavam a mesma comida. E a *fraternidade* mostrava-se no clima pentecostal do evento, onde a presença viva de Deus reluzia no rosto oprimido e esperançoso daquela gente. Mais de mil famílias da Baixada Fluminense abriram suas portas para acolher os participantes do encontro. Numa casa, a família ajeitou-se na sala para deixar o único quarto aos três militantes de CEBs. De manhã, as crianças ficaram indóceis quando viram pães sobre a mesa. Mas a mãe previu "que era para as visitas" ... Um bairro acolheu seus hóspedes com um forró que durou até o amanhecer. Em suma, viveu-se ali na Baixada, tão co-

nhecida pela violência, a antecipação desse socialismo democrático que se constitui no objetivo político dos cristãos engajados na luta por justiça.

O grande tema subdividiu-se nos estudos da realidade latino-americana, da relação fé e política e da eclesialidade das CEBs. Constatou-se que a dívida e(x)terna é causa principal da miséria e da frágil redemocratização do continente. 1992 deve ser comemorado como o ano da invasão ibérica, consumada pelo genocídio de mais de 30 milhões de índios. Viuse ainda que nessa conjuntura não se pode separar fé e política. A fé é o horizonte utópico da política e esta, o meio prioritário de encarnação social do conteúdo da fé. E a chave de ouro do 7º Encontro das CEBs foi o acento na sua eclesialidade, nesse novo modo de ser Igreja e da Igreja ser, em comunhão com os pastores e no compromisso com a luta por uma nova sociedade. Enfim, a Igreja dos pobres saiu de Duque de Caxias, onde foi recebida por d. Mauro Morelli, mais fortalecida e unida.

Frei Betto é teólogo e escritor.

O debate sobre o futuro do movimento ecumênico foi reaberto uma vez mais e há um sentimento generalizado de que o movimento está passando por uma fase de transição. O roteiro que forneceu a orientação básica durante as duas últimas décadas está se esgotando e uma nova direção não emergiu com clareza convincente.

Esta não é uma experiência nova na história do movimento ecumênico. Desde a sua concepção, no começo desse século, o movimento ecumênico tem atravessado diversos períodos de reorientação. Em todos esses exemplos, foi uma mudança de percepção da realidade mundial que exigiu uma reavaliação do curso do movimento. Isso não significa dizer que o movimento ecumênico dependa simplesmente da ordem do dia mundial. Mas o seu esforço para corresponder à missão de Deus nesse mundo tem feito o movimento ecumênico particularmente sensível a mudanças na realidade humana global.

A percepção que serviu de orientação para formular as estratégias ecumênicas, nas duas últimas décadas, foi o desafio para construir uma "comunidade universal". O trabalho da Comissão para Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CCPD) tem sido uma força motivadora e uma forma de expressão, bem como um importante instrumento para implementar essa visão. Os incansáveis esforços ecumênicos para definir as bases de uma nova ordem mundial com justiça, nutriam-se com a convicção de que a perspectiva de uma família humana única deveria tornar-se o princípio regulador para o planejamento e a tomada de decisões no campo político e econômico.

Muitas experiências, inclusive os fracassos nas tentativas de promover uma nova ordem econômica internacional, levaram a uma avaliação crítica dessa visão ecumênica internacional à luz de uma nova percepção da realidade mundial. Dois aspectos dessa realidade têm recebido particular atenção no contexto das discussões da CCPD. São eles o rápido crescimento da transnacionalização da vida econômica, política e financeira, por um lado, e a emergência de povos lutando para se tornar sujeitos de sua própria história, por outro. A lógica do sistema transnacional de poder não se concilia com a lógica da solidariedade do povo. À luz dessa nova realidade, a linguagem universalizante sobre "comunidade mundial" e "família humana única" corre o perigo de se transformar numa ideologia harmonizadora, disfarçando a realidade das contradições e conflitos.

A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO ECUMÊNICO

A nova situação exige do movimento ecumênico uma maior ênfase na promoção de redes de solidariedade entre as pessoas

Konrad Raiser

tos que existem entre a macroperspectiva do povo que luta por justiça e dignidade humana.

Essa mudança de percepção afeta o movimento ecumênico como um todo e desafia as igrejas a redefinir sua visão comum. O atual processo mundial de reflexão sobre o compromisso ecumênico com a justiça, a paz e a integridade da criação oferece uma oportunidade única para chegar-se a uma nova orientação que transcendia a estrutura anterior do universalismo ecumênico. Se esta é uma análise válida do movimento ecumênico, na atual fase de transição, várias consequências podem ser definidas tentativamente.

Primeiro, há uma necessidade de rever a validade da estrutura teológica que se baseia na afirmação de um "universalismo cristocêntrico". A emergente pluralidade de teologias contextuais obriga o movimento ecumênico a abrir-se ao verdadeiro diálogo de culturas, crenças e ideologias.

Em segundo lugar, há uma necessidade de rever a perspectiva de internacionalismo baseada na suposição do caráter global das questões a serem tratadas, de uma cultura comum emergente e de um espírito compartilhado por todas as pessoas. Naturalmente é inegável que a expansão da ciência e a tecnologia transformou o mundo num conjunto cada vez mais interdependente. Embora o movimento ecumênico tenha aceitado esse desafio, ele também se conscientizou de seus perigos e ambigüidades. Uma cultura universal que aliena e marginaliza a maioria das pessoas, transformando-as em "bárbaros" ou não-pessoas, corresponde mais ao projeto de torre de Babel do que ao espírito de Pentecostes.

Reavaliação cuidadosa — Em terceiro lugar, deve-se levantar questões com relação à tendência de se confiar em soluções estruturais para as questões que confrontam a sociedade mundial, em vez de se construir com base na iniciativa e na imaginação do povo. Naturalmente a formação de novas estruturas continua importante. Mas muitas das estruturas que se destinavam a controlar o poder tornaram-se opressivas em si mesmas. No movimento ecumênico, tem-se gasto muita energia para construir, manter e administrar estruturas do nível local para o nível global. A nova situação exige uma mudança de prioridades e orientação, enfatizando mais a promoção de



Peter Williams/WCC Photo



Peter Williams/WCC Photo

Uma cultura universal que aliena e marginaliza a maioria das pessoas, corresponde mais ao projeto de torre de Babel do que ao espírito de Pentecostes

redes de solidariedade entre as pessoas.

Finalmente, é necessária uma reavaliação cuidadosa com relação ao modelo predominante de ecumenismo, que se baseia principalmente na igreja institucional. Isso deu origem a um novo eclesiocentrismo e a um conceito político de unidade, em termos de reconciliar instituições e tradições em vez de construir uma comunidade entre as pessoas. A insistência dos católicos-romanos na integridade da igreja universal, com sede em Roma, reforçou essa tendência. Dentro do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), os números da representação regional e confessional conflitam cada vez mais com a preocupação em se construir e manter relações confiáveis entre pessoas que compartilham um compromisso e uma visão comuns.

O movimento ecumênico deve tornar-se novamente uma força de renovação nas igrejas, em vez de tentar simplesmente ser um representante e um instrumento dos interesses das igrejas institucionais. A preocupação com a renovação ecumênica não só da Igreja mas, em última análise, de todo o mundo não se tornará facilmente um objetivo aceito pelas maiorias, mas permanecerá, em vez disso, uma questão para as minorias criativas. Sua falta de poder em termos institucionais é ao mesmo tempo a própria fonte de sua força. Elas tiram sua força da vi-

são escatológica de reino de Deus, que transcende e julga todas as tentativas de construir estruturas de ordem mundial, quer sejam eclesiás ou políticas. Com a visão "do final", com essa atitude de "realismo escatológico", podem reconhecer abertamente os conflitos e contradições entre a preocupação em manter um sistema mundial funcionando e a preocupação com a integridade das pessoas. Elas podem aceitar a pluralidade de culturas e revelar as exigências opressoras de todos os projetos universais e transnacionais.

Um movimento ecumênico renovado, como uma comunidade pactuada entre aquelas minorias dentro das igrejas institucionais, seria mais sensível ao contexto particular do que à visão universal; daria prioridade ao nível local sobre o nível global; preferiria respostas informais e não estruturadas em vez de concentrar a atenção em soluções estruturais; estaria mais preocupado com as pessoas e suas necessidades do que com o reconhecimento pelos líderes e os detentores do poder.

Essa orientação, naturalmente, não é totalmente nova. Emergiu dentro do arcabouço institucional do movimento ecumênico, proporcionado pelo CMI. Não há maneira de voltar simplesmente à fase pré-institucional anterior do movimento, que surgiu de um círculo de amigos. O CMI, como conselho de igrejas, é um instrumento por

demais precioso e não deve ser posto em risco. Ele pode e deve continuar a fornecer o arcabouço e a estrutura de apoio necessária, a fim de que o movimento ecumênico possa ganhar um novo impulso. Mas o CMI não deve ser igualado ao movimento ecumênico, assim como as igrejas institucionais não são idênticas ao povo de Deus.

Uma agenda ecumênica baseada na visão do reino de Deus não pode reconciliar-se facilmente com os interesses do poder e da auto preservação institucional. Há numerosas provas em apoio a essa convicção. Segue-se, então, que o CMI e suas várias agências e comissões devem evitar a tentação de defensiva institucional e de tentar competir com outros órgãos internacionais cristãos ou seculares pela atenção pública. Se a razão de ser do CMI, como instrumento do movimento ecumênico, é chamar as igrejas a serem servas da missão de Deus para o mundo, e assim desafiá-las à contínua renovação pela interpretação dos sinais do tempo e a antecipação do reino escatológico de Deus, então a orientação básica para a próxima fase do movimento deve ser clara: construir e apoiar redes de solidariedade entre as minorias ecumênicas nas igrejas e avivar sua visão e compromisso.

Konrad Raiser é professor de Teologia na Universidade de Bochum, República Federal da Alemanha. Serviu como subsecretário geral do CMI de 1973 a 1983. Este artigo foi extraído de *CCPD: For a Change*, publicada pela Comissão para a Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CCPD), do Conselho Mundial de Igrejas.



As bem-aventuranças têm sido ao longo da história do cristianismo texto-chave usado pelas mais diversas escolas de interpretação da Bíblia. Têm sido também, motivadoras de diversos movimentos na história das Igrejas.

Diante disso não é de estranhar que as comunidades cristãs engajadas nos movimentos populares e na luta pela libertação viessem a re-ler estes textos. Só que nesse caso houve uma aparente predileção pelas bem-aventuranças registradas no evangelho de Lucas.

O desafio que propomos então, é que possamos olhar mais atentamente as duas primeiras bem-aventuranças em Mateus. Buscar fermento que se acrescente à massa da nova realidade que está nascendo desta luta pela libertação. A chave de leitura que nos impõe e dirige na leitura do texto será a *posse da terra*.

“Bem-aventurados (felizes) os pobres em espírito,

porque deles é o Reino dos Céus. Bem-aventurados (felizes) os mansos, porque eles herdarão a terra.”

(Mt 5,4)

Esse é um texto que apresenta dois desafios para a interpretação: compreender o significado de “pobre em espírito” e de “manso”.

Na história do pensamento cristão foram dadas muitas interpretações sobre estes termos. Para não repetir todas elas, vamos partir de um pressuposto: manso é uma explicação sobre o que é ser pobre em espírito. Assim,

OS MANSOS HERDARÃO A TERRA

Paulo Roberto Garcia

é o nosso primeiro passo buscar compreender o sentido desse termo para a comunidade de Mateus, para em seguida ver como ele se aplica ao Reino dos Céus e o possuir a terra.

O “manso” em Mateus — Esse termo só aparece quatro vezes no Novo Testamento, e destas quatro, três são do evangelho de Mateus. Portanto, ele é quase exclusivo de Mateus.

Das três vezes que aparece no evangelho de Mateus, além do nosso texto, as outras duas vezes que o termo manso aparece, está associado a Jesus. No primeiro (Mt 11,29) Jesus se apresenta como “manso” e convida ao seguimento. No segundo (Mt 21,5) Jesus é apresentado como Rei que vem a Jerusalém “manso e montado num jumento”.

Deste modo, o ser manso é, no evangelho de Mateus uma característica de Jesus. Ser manso, então, é estar na mesma situação de Jesus. É nessa situação que Deus fala.

Mas ainda não identificamos o significado de ser manso. Isso porque essa é uma expressão tirada do Antigo Testamento, e no caso de nosso texto, ele tem por trás a voz de um Salmo. Portanto, para entender o significado desse termo, devemos ouvir o que nos diz o Antigo Testamento, mais especificamente o Salmo em que a nossa passagem está baseada.

O “manso” no Salmo 37 — O Salmo 37 discorre sobre uma situação de opressão. No versículo 14 lemos: “Os ímpios desembaiam a espada e retesam o arco para matar o homem



reto, para abater o pobre e o indigente". Nessa situação de opressão todo o Salmo apresenta uma palavra de esperança para os que sofrem a opressão dizendo que Deus vai agir em favor deles, punindo os ímpios e libertando os justos, conforme lemos nos versículos 39 e 40: "A Salvação do justo vem de *Iahweh*, sua fortaleza no tempo da angústia. *Iahweh* os ajuda e liberta, ele vai libertá-los dos ímpios..."

Neste contexto de opressão e promessa/esperança de libertação, uma das afirmações de fé contida no Salmo é a que dá base ao texto das bem-aventuranças. É o versículo 11 do Salmo: "Mas os pobres *anawin* vão possuir a terra..."

O sentido da expressão pobre, ou

manso, é dado pela palavra hebraica *anawin*, que vem do verbo *anah*, que significa abaixar-se, agachar-se; estar abaixo/curvado, ser oprimido. Em meio ao contexto de opressão Deus se posiciona a favor do justo, do pobre do curvado, ou, usando a palavra hebraica *anawin*.

Também, neste Salmo, Deus tem uma palavra de julgamento para os ímpios que oprimem o *anawin*. Uma das exortações aparece nos versículos 12 e 13: "O ímpio faz intrigas contra o justo, e contra ele range os dentes, mas o Senhor ri às custas dele, pois vê que seu dia vem chegando."

Uma comunidade de mansos — A comunidade de Mateus conhece o Sal-

mo 37. Reconhece-se como manso. À luz disso, as bem-aventuranças ganham um sentido diferente. "Bem-aventurados os pobres de espírito"! O que é ser pobre em espírito? É para a comunidade a situação do manso, ou seja, a situação do encurvado, oprimido. Em meio a essa situação Deus fala! E a fala de Deus é de julgamento e sentença a favor de um grupo: o grupo dos mansos.

Deles é o Reino dos Céus! — O julgamento de Deus é claro. A comunidade escuta na voz do Salmo que ecoa através da bem-aventurança que os mansos herdarão a terra. Possuir o Reino é receber aquilo que por direito é deles, sua herança, a terra.

No Salmo ainda fica a sentença contra os ímpios, que não aparece no texto de Mateus: "O Senhor se ri às custas" daquele que, tornando o justo um encurvado, um oprimido, um *anawin*, impede-o de possuir a terra.

Uma voz que não se cala — A voz de Deus que ecoou na comunidade de Mateus através do Salmo 37 e da palavra de Jesus, continua reverberando até nossos dias. Palavras de julgamento — julgamento justo — que provocam alegrias para uns e preocupações para outros.

Deus julga! Possuir a terra é um direito, é herança. Possuir a terra é uma bem-aventurança, sinal do Reino dos Céus. A palavra de Deus anima essa caminhada porque Ele caminha junto a essa causa. Por outro lado, Ele ri às custas daqueles que, encurvando, oprimindo o povo, lhe rouba o seu direito, a sua herança, porque Ele "vê que seu dia vem chegando".

Paulo Roberto Garcia, pastor metodista, é integrante da equipe do "Programa de Assessoria à Pastoral" do CEDI.

Aconteceu

Assinatura anual NCz\$ 8,00

Assinatura de apoio NCz\$ 15,00

Exterior US\$ 50

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Rua Cosme Velho, 98 fundos, CEP 22241, Rio de Janeiro-RJ, aos cuidados do Setor de Distribuição

TERRA UMA REFLEXÃO À LUZ DA FÉ

TEOLOGIA DA TERRA

Marcelo de Barros, OSB e José Caravias, SJ,
Vozes, Petrópolis, 1988, 440 p., 14x21cm



Alfredo Ferro M.

“Terra à vista” — gritavam o conquistador espanhol e o lusitano. Hoje essa expressão também se escuta frequentemente, e é o desejo de um olhar suspeitoso dos grandes que ainda não terminaram seu despojo secular. No entanto, hoje e sempre continuaremos escutando um outro grito: “Esta terra é nossa, a terra é nossa vida”, é o grito de multidões de indígenas, campesinos afro-americanos, homens e mulheres que não param de lutar por uma *terra sem males*.

O que tem a dizer a palavra de Deus e a história dos povos sobre a terra, a sua posse e uso, a distribuição das riquezas etc., é em síntese o assunto tratado no livro. O texto nos coloca a problemática da América Latina num amplo painel onde a luta pela terra é o eixo central da conversa.

Os escritores têm como fundamento o fato de que a história do continente é a história da luta pela terra. Sendo este também o ponto de partida do livro, que é complementado com um olhar bíblico e histórico-eclesial que se projeta a uma prática pastoral. Na verdade, o esquema proposto pelos autores é o desenvolvimento de um método teológico que parte da realidade: Problema da terra na América Latina e As culturas populares e a terra (capítulos. I e II). Ilumina a situação real e concreta com a Palavra de Deus, revelada na história do povo de Israel que produz a Bíblia a partir da experiência de um Deus libertador: A terra na Bíblia (cap. III). E a prática da Igreja desde os primeiros séculos, até aterrissar hoje na Pastoral da Terra: A terra na história da Igreja e Pastoral da Terra (cap. IV-V). E para terminar saímos abençoados no ritual sagrado da

terra e do qual sempre esperamos colheita abundante, com a certeza de que “a terra deu o seu fruto e o Senhor, nosso Deus, nos abençoa” (Sl 67).

Os autores, teólogos e homens de fé, ligados às comunidades rurais com as quais têm uma prática de vários anos, amigos e companheiros de caminhada mesmo na distância, se unem hoje para produzir um texto comum, dentro da coleção *Teologia e Libertação*. É a tentativa de mostrar de forma mais sistemática e organizada a lógica de Deus (teologia) sobre a terra, dom à humanidade e não privilégio e propriedade de uma minoria. Fica para todos bem claro que o Deus dos pobres da terra toma partido pelo agricultor, pelo sem-terra, pelo expulso e explorado que, nunca desiste na sua luta e que espera e acredita na promessa da terra, daquela que emana leite e mel, garantia de vida.

O livro feito à “quatro mãos” e desde duas experiências, relata: a história da América Latina rural invadida pelo capital, a resistência e teimosia dos homens do campo diante da força dos poderosos e a opção do Deus dos pobres que luta junto com esse povo. Os teólogos da terra, autores do livro, nos mostram o envolvimento

da Igreja nesta luta secular, seja a favor ou contra o povo da terra. E, o que é mais importante, a opção de um setor dessa Igreja hoje, num compromisso claro e decidido pelos deserdados e é desde essa prática libertadora dos cristãos que nasce uma teologia da libertação e uma teologia da terra, feitas de maneira particular pelos lavradores e agentes de pastoral conscientes e engajados numa pastoral da terra, que à luz da fé e com muita esperança lutam contra a violência dos mais fortes.

Esperamos, como os autores o manifestam, que esta teologia da terra que está sendo construída em todos os lugares e cantos da nossa América Latina resulte em serviço libertador, do contrário não teria sentido nem razão de ser a sua produção. A fonte e lugar privilegiado da teologia da terra será sempre a vida do povo e sua experiência espiritual, tema central desta teologia, que é trabalhada no texto, mas que precisa de maior aprofundamento.

Alfredo Ferro M., teólogo colombiano, é colaborador do Programa da Terra da Rede Latino-Americana da CCPD.

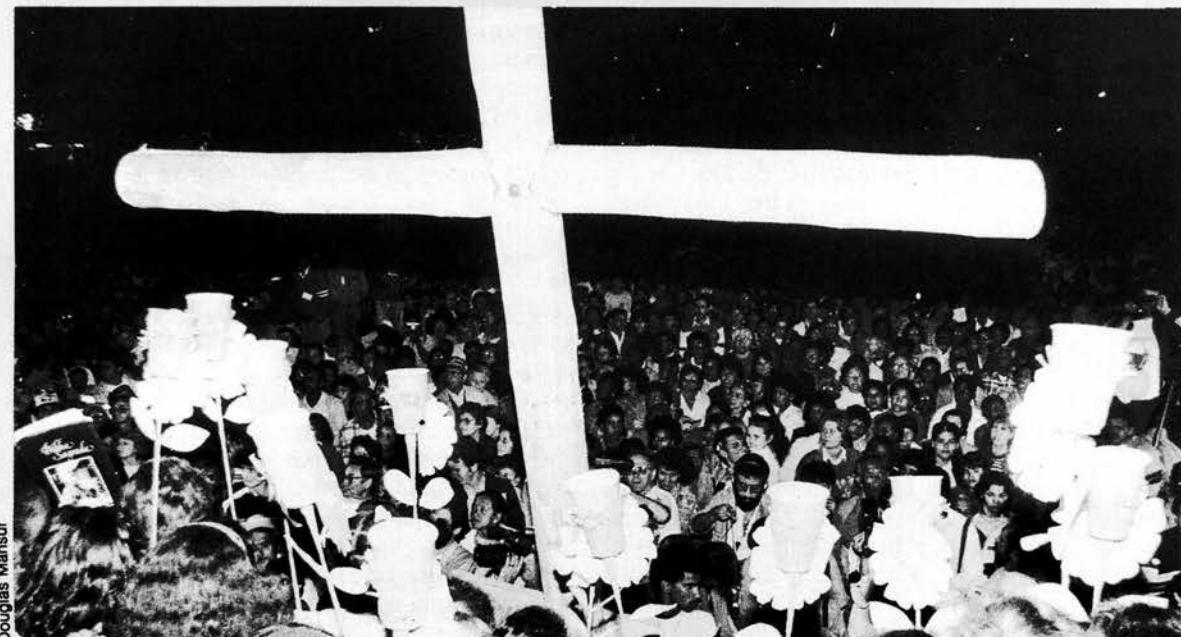
Lançamentos

ESTÓRIAS DE BICHOS e das gentes que moram neles...

Rubem Alves, Loyola, São Paulo, 40 p., 15,5x22,5 cm, ilustrações de André Ianni

Além de teólogo, Rubem Alves é um grande contador de estórias. Ele escreve para crianças de olho nos adultos. Este pequeno livro reúne cinco fábulas, duas delas já publicadas em *Tempo e Presença* (*A água que (quase) virou galinha* e *O galo que cantava para fazer o sol nascer*), onde Rubem medita sobre a vida, escrevendo sobre ratos, pintassilgos, rãs, galos e galinhas.

POVO DE DEUS NA AMÉRICA LATINA A CAMINHO DA LIBERTAÇÃO



Douglas Mansur

**Carta do 7º Encontro Intereclesial
de Comunidades Eclesiais de Base
Duque de Caxias (RJ), 10 a 14 de julho de 1989**

*Queridos irmãos e irmãs do Povo de Deus na América Latina.
A paz de Deus esteja com vocês!*

Reunidos no 7º Encontro Intereclesial de CEBs, realizado em Duque de Caxias (RJ), de 10 a 14 de julho de 1989, queremos prestar contas do que fizemos estes dias e compartilhar com vocês a mensagem de esperança que levamos conosco.

Somos quase 1.800 pessoas, vindas de comunidades cristãs espalhadas pelo Brasil inteiro e por outros países da América Latina. Além disso, estão conosco mais de oitocentas pessoas nas várias equipes de serviço. Durante quatro dias, convivemos e nos ajudamos mutuamente para avaliar, aprofundar e celebrar a nossa caminhada, que já vem de longe. O tema de nosso encontro foi: "Povo de Deus na América Latina a Caminho da Libertação".

Entre nós, temos representantes de dezenove países da América Latina. Também vieram alguns irmãos e irmãs da América do Norte e Europa, que apóiam nossa caminhada. Participam do encontro mais de 120 irmãos de doze Igrejas Evangélicas, da Igreja Anglicana e da Igreja Ortodoxa, incluindo 43 pastoras e pastores e cinco bispos. Da Igreja Católica em nosso país, vieram representantes de 225 das 252 dioceses, com 85 de seus bispos, muitos padres e religiosas, além de quatro bispos do exterior. Muito importante, também, é a presença, entre nós, de mais de trinta representantes de povos indígenas. Chamou a atenção de todos a presença marcante dos negros. Alegramo-nos e damos graças a Deus, também, pelo papel preponderante das mulheres, no desenrolar de todo o encontro, sobretudo nas celebrações e na animação. Além de tudo isso, estão conosco representantes das comunidades cristãs de Ruanda e de Moçambique, na África, e das comunidades cristãs das Filipinas, na Ásia.

Jesus disse: "Onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estarei no meio deles" (Mt 18,20). Estamos reunidos em nome de Jesus. E somos bem mais que dois ou três! Ele está no meio de nós! É em nome dele que escrevemos para vocês!

Em primeiro lugar, queremos contar que fomos muito bem acolhidos pelos irmãos das comunidades cristãs de Duque de Caxias, aqui na Baixada Fluminense, lugar de muita pobreza, violência e morte. Agradecemos às mais de mil famílias que, vencendo o medo, abriram suas portas e nos acolheram em suas casas. "Só isto já valeu!", disse d. Mauro, bispo de Duque de Caxias. Foi um encontro diferente dos seis anteriores. Era tanta gente que não cabia num único prédio. Tivemos de andar de ônibus, várias vezes por dia, de um lugar para outro. Assim, deu para ver e sentir de perto a pobreza e a miséria em que vive o povo da Baixada, explorado pelo sistema capitalista, reprimido pelo poder policial e marginalizado pelos poderes públicos. Mas, apesar de sermos um número tão grande, percebemos que a cidade é bem maior. Quase dois milhões de pessoas! Muitos nem notaram a nossa presença! A gente tomou consciência de que nós, da "caminhada", somos uma minoria, apenas "um pequeno rebanho" (Lc 12,32). Nossa missão é imensa! Como ser comunidade cristã, sinal do Reino, na cidade grande?

Nosso 7º Encontro tem lugar numa época de crise, de vida muito dura para o povo, tanto na sociedade como nas Igrejas. Muitos desafios se acumulam no horizonte, neste ano eleitoral. Mesmo assim, sem esquecer a realidade difícil, foram dias de muita reflexão, oração, alegria e esperança.

Os cantos e as celebrações, bem participados, deram substância a nossa convivência. Durante a celebração ecumênica de abertura do encontro, houve troca de presentes e de símbolos entre os representantes dos povos latino-americanos. Este pacto de fraternidade tornou viva a visão da Pátria Grande, na celebração presidida pelo bispo local, d. Mauro Morelli, acompanhado de outros bispos.

Nesta ocasião, a Bíblia foi introduzida em solene procissão com tochas, palmas e longa aclamação do povo. Em seguida, foi proclamada a Palavra de Deus e ouvimos Jesus dizer a todos nós: "O Espírito de Deus está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a boa notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos, e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor" (Lc 4,18-19). Jesus se declara o Servo de Deus, anunciado por Isaías. A missão de Jesus é a nossa missão: abrir as portas de um tempo novo. Ele nos envia hoje, aqui, na América Latina.

1º dia — A situação da América Latina

*Acorda América! Chegou a hora de levantar!
O sangue dos mártires fez a semente se espalhar!*

A pergunta que ligou o motor da nossa reflexão foi esta: "Quais as marcas comuns do sofrimento do povo latino-americano?" Reunimo-nos em 107 grupos, de dez a quinze pessoas cada. As respostas foram se juntando como círculos que descem o morro. Aos poucos, foi aparecendo o rosto sofrido do povo latino-americano, mergulhado num rio de sofrimento: rosto de índio massacrado, rosto de negro marginalizado, rosto de mulher discriminada, rosto de operário explorado por baixos salários, rosto de menor abandonado, rosto de povo espoliado de mil maneiras, no campo e na cidade.

É o "homem de dores", a "mulher de dores", o mesmo Servo de Deus anunciado por Isaías e assumido por Jesus: "Era desprezado e abandonado pelos homens, um homem sujeito à dor, familiarizado com a doença, como uma pessoa de quem todos escondem o rosto; desprezado, não faziamos caso nenhum dele (...) mas ele foi trespassado por causa das nossas transgressões, esmagado em virtude das nossas iniquidades" (Is 53,3-5). "O sofrimento do povo, a chaga do Servo, é tão grande que parece não ter cura" (Jr 15,18).

E até hoje continua o massacre, a destruição das culturas, sobretudo do índio e do negro. O capitalismo, sistema de morte, marginaliza o povo, impede a reforma agrária e consegue organizar o mundo de tal maneira que, através da dívida externa e da submissão de nossos governos, continua enriquecendo uma minoria à custa do sangue dos pobres, sacrificando-os ao deus dinheiro. Ai daquele que

constrói sua riqueza com o sangue dos pobres! (cf. Hab 1,12; Jr 22,13; Mq 3,10).

Também vimos que há muitos sinais de resistência em toda a América Latina. Pequenas e grandes lutas, que todos conhecemos ou das quais participamos, revelam um desesperar e geram a esperança de um novo amanhecer.

Após quinhentos anos de presença neste continente, nós cristãos temos de pedir perdão pelo mal que praticamos em nome do cristianismo. Ao mesmo tempo, damos graças a Deus pelos pobres que, apesar de toda a opressão que sofreram, souberam receber, guardar e transmitir a força do evangelho. Hoje somos convocados para revelar a verdadeira face da boa nova de Jesus aos empobrecidos. E já estamos começando. "Acorda América, chegou a hora de levantar!".

Assim, apesar de tanta opressão, crise e morte, conseguimos terminar o primeiro dia com uma grande celebração da esperança, nascida do sangue dos mártires "pelos caminhos da América". Cantamos a utopia da Pátria Grande, que une a América Latina e o Caribe. A fé reanimou nossa esperança. Continuamos a caminhada rumo a uma pátria melhor (Hb 11,14).

2º dia — Enfrentando a situação: fé e libertação

"Nossa alegria é saber que um dia todo esse povo se libertará pois Jesus Cristo é o Senhor do mundo, nossa esperança realizará"

No segundo dia, a pergunta inicial foi: quais as motivações de fé que temos para lutar pela transformação da sociedade? Na medida em que as respostas foram aparecendo, foi brotando também a convicção comum de todos: em nome de nossa fé em Jesus ressuscitado, temos de lutar pela transformação da atual sociedade latino-americana, e um dos instrumentos mais importantes para essa transformação é a ação política. Alguém disse: "Sem a política, a fé é morta", pois seria fé sem obras (Tg 2,17). Os movimentos populares, as organizações sindicais, os centros de defesa dos direitos humanos, os partidos políticos que defendem a causa do povo, e outras formas de luta oferecem oportunidades valiosas para o testemunho da fé libertadora dos cristãos.

As comunidades devem reconhecer que as organizações políticas têm a sua autonomia. A igreja não deve querer controlá-las. Em nosso encontro, porém, foi ficando claro que temos de dar mais atenção à formação política dos cristãos: informar sobre as diversas orientações políticas que existem na sociedade assim como sobre as diversas tendências ideológicas. Aqui está uma tarefa importante para os próximos anos. Em alguns lugares, as comunidades já estão sendo um espaço onde os que lutam na política encontram acompanhamento e compreensão, apoio e crítica construtiva.

Através da discussão e partilha das idéias apareceu para todos a necessidade de lutar por uma sociedade econômica e socialmente participativa e democrática. O projeto político para esta sociedade ainda não está totalmente claro e precisa ser aprofundado. Mas é neste rumo que as comunidades

estão fazendo o caminho da libertação aqui na América Latina. A prática das comunidades ajuda muito a fazer amadurecer e realizar este projeto. Todos sabemos que a nova sociedade não nos será dada de graça. Ela será fruto da luta do povo. Nós, cristãos, somos chamados a dela participar, ajudados e iluminados pela fé no Deus libertador.

O Povo de Deus sente que a ação política se ilumina, se fortalece e se aprofunda pela Palavra de Deus. A Bíblia, lida em comunidade a partir de nossa realidade, ajuda a descobrir as grandes linhas do projeto de Deus. A palavra de Deus é fonte de motivação para a ação política. Ajuda a atravessar o deserto da espera, quando a libertação tarda a chegar. Ajuda a transformar a paciência resignada em paixão que conduz à ressurreição. Ajuda a imitar Jesus que, como o Servo, não voltava atrás, mas sabia resistir, mesmo derrotado pelas forças de repressão (Is 50,4-19). Ajuda a entender e a superar os conflitos internos da Igreja com aqueles que não aceitam a participação na política partidária.

Como cristãos, temos muito a contribuir para melhorar e humanizar a ação política, participando de partidos políticos comprometidos com as lutas populares, para que se defenda e se promova a justiça e a liberdade para todos, colocando a sociedade em defesa da vida, que tem de ser vida em abundância (Jo 10,10).

No final do dia, houve uma grande concentração com uma celebração ecumênica na praça central da cidade de Duque de Caxias, na qual estiveram presentes mais de 10 mil pessoas. Esta celebração comemorou com uma grande partilha o 8º aniversário da diocese. Ela terminou com uma bênção emocionante dada pela pastora Rosângela, da Igreja Metodista.

3º dia — Comunidade eclesial: sinal do Reino de Deus

"Igreja é povo que se organiza, gente oprimida buscando a libertação, em Jesus Cristo a Ressurreição."

No terceiro dia, a pergunta inicial foi esta: na Palavra de Deus, o que mais toca e ilumina a vida das comunidades e as lutas do povo? Aqui apareceu toda a riqueza que a Palavra de Deus cria e recria, sem cessar, na vida e na prática das comunidades. A variedade é tão grande que, no dizer de um dos poetas presentes, "o próprio Jesus bate palmas".

As comunidades imitam de perto a comunidade dos primeiros cristãos na alegria, na partilha, no serviço. Como eles, são "assíduas ao ensinamento dos apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e à oração". (At 2,42). Renovam a Igreja pela base e são um sinal do Reino para nós, povo empobrecido da América Latina.

As comunidades animam as pessoas a se organizarem para prestar ao povo o serviço da libertação que Jesus presta aos pobres do seu tempo. Como sinal de sua maturidade, interpelam os pastores no sentido de um maior comprometimento na construção da nova sociedade, e manifestam a sua decisão de caminhar em união com eles. Cram um espaço onde o povo se sente gente, e toma a palavra, recupera

a memória, refaz a história e experimenta algo da liberdade, para a qual Cristo nos libertou (Gl 5,1; 2Cor 3,17).

Nelas se manifestam os dons do Espírito Santo e reaparecem os ministérios em grande número e variedade para promover a vida do povo e prestar solidariedade. Desta maneira afirma-se o sacerdócio universal de todos os fiéis e os leigos são valorizados, investindo-se em sua formação e capacitação.

Aos poucos, nas comunidades, o índio e o negro reencontram o seu lugar e redescobrem a sua identidade e missão. Nelas, a mulher se sente digna, valorizada, luta contra o machismo que discrimina e participa com o homem na sua organização. Mas falta ainda muito para que se chegue a uma participação igual, em que já não haverá mais nenhuma discriminação (Gl 3,28).

Finalmente, o sinal do Reino que mais marcou o 7º Encontro foi o passo dado em busca do ecumenismo. Por um lado, é um traço fundamental da Igreja que Jesus quis: "Pai, que todos sejam um, e o mundo creia que tu me enviaste" (Jo 17,21). Sem o ecumenismo, é impossível realizar a missão que Ele nos confiou. Através de sua unidade, os fiéis em Jesus Cristo dão testemunho da união que Deus quer que exista entre os homens e as mulheres de todos os povos do mundo habitado.

Por outro lado, é esse encontro do povo que crê que vai manifestando o crescimento do ser humano novo — homem e mulher — feito à imagem de Jesus Cristo, o Messias. O povo que crê em Jesus tem de manifestar-se como povo libertador, para que a evangelização possa ter lugar. Para que possa nascer esse povo unido, ouçamos a palavra de Paulo: "Sofro de novo as dores de parto até que Cristo seja formado em vocês" (Gl 4,19). O povo das comunidades partilha aquela tarefa humana que é a mais ecumênica: trabalhar e lutar pela libertação.

Ademais, é o encontro e o diálogo com o próximo, dife-

rente de nós, que testemunham o nascimento do novo ser humano. Isso é uma das grandes experiências do 7º Encontro em Duque de Caxias, confirmando aquilo que escreveu São Paulo aos Colossenses: "De fato, vocês foram despojados do homem velho e de suas ações, e se revestiram do homem novo que, através do conhecimento, vai se renovando à imagem de seu Criador. E ai já não há grego nem judeu, circunciso e incircunciso, estrangeiro ou bárbaro, escravo ou livre, mas apenas Cristo, que é tudo em todos" (Cl 3,9-11).

Chegando ao fim do encontro, apareceram algumas questões e desafios:

Questões:

- Qual é o modelo da nova sociedade?
- A dívida externa: Como criar um vasto movimento popular para que não se pague esta dívida?
- Como tratar os conflitos dentro da Igreja?

Desafios:

- Consciência de participação na luta partidária.
- Formação política dos leigos.
- O ecumenismo e os ministérios.

Irmãs e irmãos, ao final desta carta, repetimos as palavras que o índio Antonio Celestino, do povo Xukuru-Kari, falou para nós no fim do primeiro dia do encontro: "Ando em busca de um bom dia para dar a meu povo, porque os brancos, que se dizem nobres, o roubaram". Vamos trabalhar e lutar para construir um bom dia para o nosso povo!

Que os nossos encontros de comunidades sejam sempre como a visita de Maria a Israel: fonte de alegria e de vida nova em que se começa a realizar a profecia: "Derrubou os poderosos dos seus tronos e exaltou os humildes" (Lc 1,52). E assim poderemos cantar: "O Senhor fez em mim maravilhas. Santo é seu Nome" (Lc 1,49).

